

## **PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

### **REGIÃO NORTE FILEIRAS TEMÁTICAS**

OUTUBRO 2007

**Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte**

## INDICE

<b>1 SUSTENTABILIDADE DO PATRIMÓNIO NATURAL .....</b>	<b>- 3 -</b>
1.1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO .....	- 3 -
1.2 OS RECURSOS NATURAIS .....	- 4 -
1.3. OS PROBLEMAS AMBIENTAIS .....	- 8 -
1.4 ANÁLISE SWOT .....	- 9 -
1.5 ESTRATÉGIA .....	- 10 -
1.5.1 Objectivos .....	- 11 -
1.5.2 Acções e Metas .....	- 11 -
1.6 CONTRIBUIÇÃO PARA A MELHORIA DO AMBIENTE .....	- 15 -
1.7 INTEGRAÇÃO COM AS OUTRAS ESTRATÉGIAS REGIONAIS .....	- 17 -
1.8 TIPOLOGIA E PRIORIZAÇÃO DE PROJECTOS .....	- 18 -
<b>2 REGADIO E INFRA ESTRUTURAS RURAIS .....</b>	<b>- 19 -</b>
2.1 CARACTERIZAÇÃO .....	- 19 -
2.1.2 Acessibilidades .....	- 26 -
2.1.3 Electrificação agrícola .....	- 26 -
2.1.4 Estrutura da Propriedade .....	- 27 -
2.2 ESTRATÉGIA .....	- 27 -
2.3 OBJECTIVOS .....	- 29 -
2.4 MEDIDAS E ACÇÕES .....	- 29 -
2.5 PREVISÕES E METAS A ATINGIR .....	- 31 -
2.5.1 Regadio .....	- 31 -
2.5.2 Rede Viária e Electrificação Rural .....	- 32 -
2.5.3 Estruturação Fundiária .....	- 32 -
2.6 CONTRIBUIÇÃO PARA O CRESCIMENTO ECONÓMICO .....	- 32 -
2.7 INTEGRAÇÃO COM AS ESTRATÉGIAS REGIONAIS DAS FILEIRAS .....	- 33 -
2.8 PRIORIDADES REGIONAIS .....	- 33 -
2.9 COMPLEMENTARIDADE COM OUTRAS FONTES FINANCEIRAS .....	- 33 -
2.10 TIPOLOGIA DE PROJECTOS .....	- 34 -
<b>4.FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....</b>	<b>- 35 -</b>
4.1 INTRODUÇÃO .....	- 35 -
4.2 CARACTERIZAÇÃO .....	- 36 -
4.2.1 Caracterização da Envolvente .....	- 36 -
4.2.2 Análise da Formação Realizada .....	- 37 -
4.3 PONTOS FRACOS E PONTOS FORTES .....	- 40 -
4.4 ESTRATÉGIA .....	- 42 -
4.4.1 Objectivos estratégicos da formação .....	- 45 -
4.5 MEDIDAS E ACÇÕES .....	- 47 -
4.6 PRIORIDADES REGIONAIS E TIPOLOGIA DE PROJECTOS .....	- 48 -

## 1 SUSTENTABILIDADE DO PATRIMÓNIO NATURAL

### 1.1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

A agricultura, considerada aqui, como o conjunto das actividades agro-pecuárias e silvícolas, é o sector económico que ocupa a maior percentagem do território da Região do Norte, sendo, por isso, responsável, em grande parte, pelas alterações registadas nas características biofísicas da Região e, do mesmo modo, pela sua manutenção. Constitui assim, o elemento matricial que estrutura os restantes usos do solo.

As melhores condições para a produção agrícola existentes na zona mais litoral da Região permitiram, no passado, um povoamento mais denso a que está associado, também, um maior fraccionamento da propriedade. Este fraccionamento e as características climáticas permitiram, por sua vez, o desenvolvimento de sistemas de agricultura muito diversificados, em que o milho, as culturas forrageiras, as hortícolas, a vinha, e pequenas áreas florestais (bouças) assumem papel preponderante.

Já no interior do Norte, as condições menos propícias para o desenvolvimento das culturas anuais de regadio conduziram a menores densidades populacionais, maiores áreas médias da propriedade, predomínio das culturas permanentes e maior importância do efectivo de pequenos ruminantes e, ainda, das áreas florestais com usos mais extensivos.

Actualmente, grande parte do território da Região é considerado "região desfavorecida" de montanha sendo, portanto, alvo, nos anteriores períodos de programação, de medidas específicas de apoio para compensação dessas desvantagens. A situação actual relativamente à utilização destas medidas encontra-se reproduzida no Quadro que se apresenta em seguida (Cfr. Quadro 1)

**Quadro 1 – Indemnizações compensatórias**

<b>Nº de produtores</b>	<b>Área abrangida (ha)</b>
<b>74.760</b>	<b>527.807</b>

*Fonte: IFADAP/INGA – Anuário de campanha 2005/2006*

Muitas destas áreas objecto de ajudas continuam em risco de abandono e em processo de crescente extensificação, verificando-se, mesmo, nos últimos anos uma diminuição da SAU e um aumento da área de incultos.

Do ponto de vista estrutural, o território da Região continua, apesar de tudo, a ser dominado por explorações de pequena dimensão, com um elevado nível de fragmentação e dispersão da propriedade. Se, a estes problemas, adicionarmos um outro relativo à idade avançada dos produtores e, em geral, da população residente nas zonas rurais, será fácil de concluir que existe um elevado risco de abandono/desertificação em grande parte do território da Região.

## **1.2 OS RECURSOS NATURAIS**

### **Água e solo**

A água e o solo constituem os recursos naturais de que a actividade agrícola mais depende. As diferenças na sua utilização permitem distinguir os sistemas de agricultura nas várias áreas da Região.

O programa CORINE – Projecto “Soil erosion risk and important land resources”, identificou Portugal como o país do sul da Europa com piores recursos em matéria de solo e onde se registam elevados riscos de erosão. Na Região do Norte surgem, assim, um conjunto de concelhos que apresenta susceptibilidade à desertificação superior a 50%.

O processo de degradação dos solos e, especificamente, de perda da sua matéria orgânica é, por vezes, agravado por uma exploração desadequada desses mesmos solos face às suas potencialidades e, ainda, a alguns excessos de mobilizações (que são frequentes em determinados sistemas de agricultura).

Os problemas dos solos não podem deixar de ser associados aos da água. O baixo teor de matéria orgânica dos solos, com consequência ao nível da sua estrutura e da capacidade de retenção da água, associada a um menor revestimento dos solos, pode originar um aumento da escorrência superficial, arrastando o solo e provocando erosão e assoreamento dos rios e albufeiras. A lixiviação de nutrientes, com particular destaque para o azoto, especialmente em zonas com elevados níveis de fertilização, pode levar à existência de nitratos e outros poluentes (nomeadamente fosfatos e resíduos de pesticidas) na água em concentrações muito elevadas. Na Região está, aliás, definida uma zona vulnerável no âmbito da Directiva relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola – o aquífero livre entre Esposende e Vila do Conde.

Assim, as linhas de água, as albufeiras e os aquíferos não podem ser encarados apenas como meras fontes de captação ou locais de rejeição. Os impactos das actividades agrícolas sobre os recursos hídricos (e sobre os múltiplos valores associados a estes recursos) devem ser identificados e quantificados, valorizados positiva ou negativamente, conforme a sua natureza.

A agricultura e, em geral, muitas das actividades desenvolvidas em meio rural, pela sua profunda integração no meio natural, são extremamente dependentes dos recursos aquíferos.

Deste modo, a água, em todas as suas formas, assume uma importância fundamental, não só para o consumo humano ou a rega, mas, também, como elemento estruturante dos ecossistemas e da paisagem. Neste contexto, importa referir a importância significativa da floresta na conservação dos solos e da água.

### **Paisagem**

A paisagem resulta, antes de mais, da interacção da actividade humana com os outros factores ambientais (relevo, clima, cultura, etc.), desempenhando a agricultura, neste âmbito, um papel preponderante nesta interacção.

O território regional é dotado de uma variedade paisagística, e também cultural, muito singular, sendo de destacar o Alto Douro Vinhateiro e o Parque Arqueológico do Vale do Côa, ambos classificados como Património Mundial da Humanidade (UNESCO). Existem, porém, outros elementos com um valor patrimonial não tão relevante, mas que, do ponto de vista da estruturação da paisagem, merecem, igualmente, ser consideradas. Falamos, por exemplo, da paisagem policultural tradicional do Entre Douro e Minho, marcada por uma certa diversidade vegetal, onde as vinhas ocupam as bordaduras dos campos e se enrolam nos carvalhos, nos choupos, nos freixos, nos ulmeiros e onde o milho se semeia com o feijão e as abóboras.

As formas tradicionais de condução da vinha – uveiras e enforcados, o arjão e as ramadas ou latadas, estão em declínio acentuado. É-lhes, no entanto, reconhecido um elevado valor estético e atribuída a responsabilidade pela beleza da paisagem minhota, sendo, por esta razão, necessário preservar estes elementos, fundamentais para a manutenção deste mosaico paisagístico.

Assim, o carácter construído de muitas das paisagens da Região associado, muitas vezes, a sistemas agrícolas pouco competitivos, aponta no sentido de, cada vez mais, os agricultores serem vistos como responsáveis pela continuidade da produção de “bens públicos” com implicações na qualidade de vida das populações e na valorização turística das áreas onde operam.

### **Conservação da Natureza e da Biodiversidade**

Constata-se que uma parte significativa da área da Região do Norte está integrada na Rede Natura 2000, existindo 18 sítios e 6 ZPE, que abrangem uma área de cerca de 543 000 ha, ou seja, cerca de 25 % da superfície da Região.

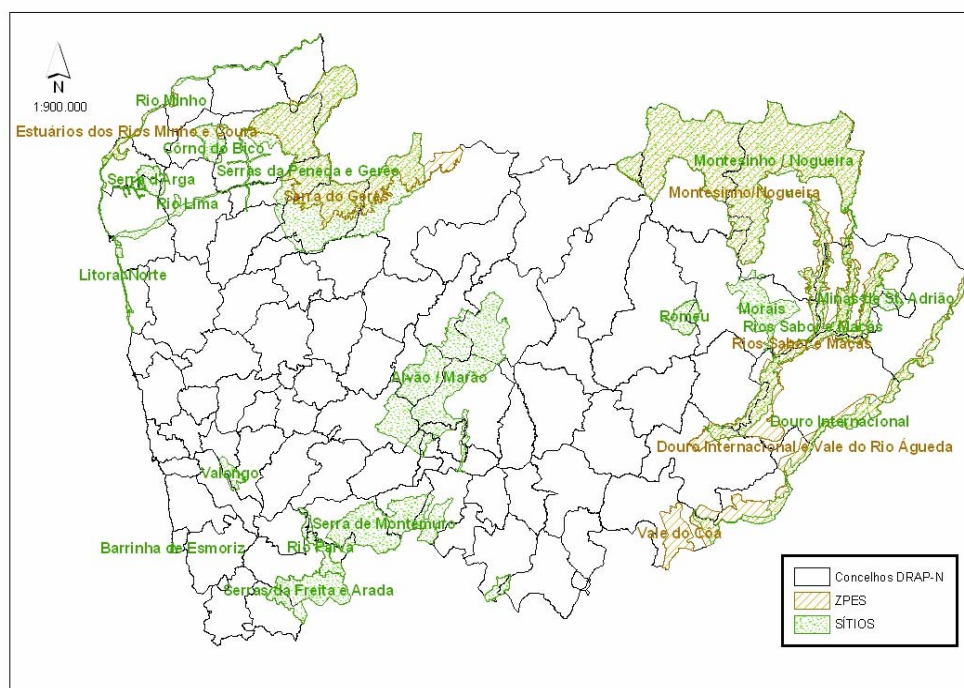


Figura 1 – Sítios e ZPE na Região do Norte

Associados a estes territórios existe um conjunto de valores naturais ("habitats", aves e outras espécies) e paisagísticos com uma grande (bio) diversidade, existindo uma certa dependência entre estes valores e as actividades agrícolas e florestais que são desenvolvidas nestes espaços, isto é, a sua continuidade está, em muitos casos, dependente da manutenção de determinadas características do coberto vegetal, fontes de alimentação, existência de pontos de água, que são garantidas pelos sistemas agrícolas e/ou agro-florestais tradicionais. Naturalmente, os sistemas agrícolas são mais do tipo extensivo, com baixa utilização de "inputs" e associados a culturas e variedades mais tradicionais, bem como à exploração de raças animais autóctones. Os modos de produção associados à actividade pecuária que incorpora os matos e resíduos agrícolas e florestais nas camas dos animais e, assim, permitem a limpeza das bouças são, também, um garante da prevenção contra incêndios florestais. A manutenção do pastoreio em sistemas forrageiros como os lameiros é a única forma de preservar a diversidade florística existente.

No passado recente, alguns destes territórios foram abrangidos por Planos Zonais Agro-Ambientais, onde foi definido um conjunto de apoios específicos aos sistemas agrícolas e agro-florestais considerados mais importantes para a preservação de determinados valores de conservação.

No quadro seguinte, apresentam-se os dados relativos às medidas Agro-ambientais do Programa RURIS, que constituiu um importante suporte à manutenção da actividade agrícola mais tradicional e à preservação da biodiversidade nos diferentes territórios.

**Quadro 2 – Ajudas Agro-ambientais na Região do Norte**

	Protecção e Melhoria do Ambiente, dos Solos e da Água	Preservação da Paisagem e das Características Tradicionais nas Terras Agrícolas	Conservação e Melhoria dos Espaços Cultivados de Grande Valor Natural	Conservação de Manchas Residuais de Ecossistemas Naturais em Paisagem Dominantemente Agrícola	Protecção da Diversidade Genética	Planos Zonais
Nº Candidaturas	19.103	659	38.984	26	8.291	5.199
Área afectada (ha)	103.648	1.296	105.211	60	-----	54.918

Fonte: IFADP/INGA - Anuário de campanha 2005/2006

### Multifuncionalidade da Floresta

A floresta/silvicultura, tal como referido no documento da respectiva fileira, é uma actividade económica fundamental no contexto regional. Os espaços florestais constituem a utilização dominante do solo rural regional, continuando a registar-se a manutenção de uma elevada diversidade de espécies florestais. A Região do Norte, ainda de acordo com o documento da respectiva fileira, constitui o solar do castanheiro e a grande reserva arbórea de carvalhos, folhosas e resinosas diversas, não sendo de desprezar a importância do pinheiro bravo e do eucalipto. Para além da produção de madeira (para várias finalidades) e da cortiça, a produção de castanha, a caça, a pesca, a apicultura, a micologia, o turismo de espaços naturais, são algumas das actividades económicas associadas aos espaços florestais e agro-florestais da Região do Norte, geradores, por esta via, de externalidades positivas.

### Fontes de energia renovável

A Região apresenta, ainda, um conjunto de potencialidades para produção de energia, nomeadamente ao nível do aproveitamento do sol, da água, do vento e da biomassa produzida. Em relação a esta última, mais directamente relacionada com o sector agro-florestal, podemos dizer que o potencial regional advém do facto de este sector gerar produtos e sub-produtos de origem animal e vegetal susceptíveis de serem valorizados por via da produção de energia.

No sector pecuário, a produção de biogás poderá permitir a valorização de efluentes e, ao mesmo tempo, ajudar a minorar alguns dos problemas ambientais que se colocam à Região, sobretudo na bacia leiteira. Dado que existe um elevado grau de utilização destes efluentes como fertilizantes, torna-se, pois, necessário avaliar os excedentes gerados, para além do que é utilizado na fertilização, para que depois se possa elaborar um plano de valorização destes efluentes para a produção de biogás.

Existe, também, na Região um conjunto de matadouros e de indústrias do sector agro-alimentar gerador de resíduos susceptíveis de aproveitamento para produção de biogás. Do mesmo modo, será necessário proceder ao levantamento desses resíduos para que se possa enquadrar o seu aproveitamento.

Em relação aos sub-produtos vegetais, o contributo da Região circunscrever-se-á, essencialmente, ao sector florestal. A área florestal e de incultos é significativa e, assim sendo, a biomassa daí resultante é susceptível de vir a ser aproveitada para a produção de energia eléctrica.

Actualmente já estão em curso, na Região, um conjunto de iniciativas/projectos de produção de energia a partir de fontes renováveis. Assim, no campo da energia eólica está, já, instalada uma capacidade de cerca de 70 MW. Também noutras fontes de energia renovável se verifica a existência de alguns projectos. São disso exemplo a central de Biogás existente no aterro de Sermonde (Sta Maria da Feira) e o projecto de aquecimento através de biomassa em escolas do primeiro Ciclo do Ensino Básico em Vila Real. Estão, para além disso, também previstas para a Região do Norte várias centrais de aproveitamento de Biomassa.

A energia hídrica tem grande expressão nesta zona existindo um conjunto considerável de barragens e mini-hídricas.

### **1.3. OS PROBLEMAS AMBIENTAIS**

Como já referido anteriormente, um dos problemas associados aos diversos territórios rurais é o seu abandono por parte das populações residentes, o que ocasiona diversos problemas ao nível da conservação dos espaços e dos recursos neles inseridos. Com efeito, um dos efeitos tem sido um aumento da área de incultos e a diminuição da carga animal com consequências directas face à área de floresta e matos que, anualmente, está sujeita a risco de incêndio.

Em contrapartida, nos sistemas de produção agrícola mais intensivos e em algumas actividades agro-industriais da Região Norte verifica-se a existência de diversos problemas, sendo necessário cuidados acrescidos para minorar esses impactos ambientais. São exemplos desta situação a agricultura praticada na Zona Vulnerável do Aquífero Livre Esposende – Vila do Conde, as explorações de pecuária intensiva (bovinos, suínos e aves) e as agro-indústrias da área do vinho, olivicultura e leite.

Por outro lado, na Região do Norte, sobretudo em Trás-os-Montes, regista-se uma certa adesão à Medida de "Protecção Integrada" do RURIS (54% das candidaturas a esta Medida a nível nacional). Já no que respeita aos "Modos de Produção Integrada e Biológico" a adesão dos agricultores da Região tem sido bem mais reduzida, acompanhando, de certa forma, a tendência registada nacionalmente. Verifica-se, assim, que estes apoios se têm concentrado na faixa mais interior da Região e não na zona litoral, onde os problemas associados às questões ambientais são mais prementes.

É necessário, a outro nível, promover o reforço da capacidade técnica existente ao nível da ZV 1 de forma a minorar os problemas de poluição ocasionados por nitratos de origem agrícola, promover uma gestão sustentável da água e o uso racional de fertilizantes e pesticidas.



Perante o cenário de necessidade crescente de utilização de água, seja para consumo ou para rega, é também essencial incentivar, em todo o território regional, o seu uso racional, o combate ao seu desperdício, tentando realçar a importância deste recurso cada vez mais escasso.

### 1.4 ANÁLISE SWOT

A síntese, agora, apresentada pretende reunir os principais aspectos que caracterizam o actual estado da Região do Norte em matéria de gestão sustentável do espaço rural. Para esse efeito, utilizamos a metodologia SWOT onde se expõem os aspectos relevantes do diagnóstico que acabámos de efectuar em quatro quadrantes.

Pontos fortes	Pontos fracos
Presença de valores naturais (biodiversidade) e paisagísticos em grande parte do território, que se traduzem num número importante de Áreas Protegidas e Classificadas.	Envelhecimento da população em meio rural e, em consequência, redução do potencial demográfico destes territórios.
Existência de património natural / ambiental / paisagístico classificado como Património da Humanidade (Alto Douro Vinhateiro..).	Reduzida exploração das potencialidades dos território(s) rural(ais) associadas à promoção de actividades relativas à saúde/lazer/bem-estar.
Existência do único Parque Nacional do país (Parque Nacional da Peneda Gerês) que, em conjunto com o seu homólogo em Espanha, constitui uma mancha contígua muito expressiva.	Solos com baixa aptidão agrícola em grande parte do espaço da Região.
Potencialidades para o desenvolvimento de actividades e serviços associados à actividade turística em zonas rurais (TER, Turismo Natureza, etc).	Gestão deficiente dos efluentes pecuários, gerando problemas acrescidos em sub-espacos regionais com maior nível de concentração desta actividades
Existência de competências residentes em termos científicos (como é o caso, por exemplo, do Banco Português de Germoplasma e Estabelecimentos de Ensino Superior), na área da promoção/preservação dos recursos naturais.	Existência de focos de poluição da água por nitratos e outros nutrientes em algumas zonas do território regional.
Existência de sistemas de produção agro-florestais compatíveis com os valores naturais que se pretendem preservar e valorizar.	Gestão deficiente das águas residuais provenientes de unidades agro-industriais, muitas vezes de pequena e média dimensão.
Existência de aptidões naturais para a produção de energias renováveis.	Utilização pouco racional da água (elevados consumos, reduzida eficiência dos sistemas de rega, etc).
	Adesão não muito significativa dos sistemas de agricultura mais intensivos às medidas de política promotoras da preservação do ambiente.
	Reduzida produção de energia através de algumas fontes renováveis (por exemplo biomassa e biogás).

Oportunidades	Ameaças
Aumento da procura relativa a produtos e actividades de saúde/lazer/bem-estar associadas ao ambiente e paisagens rurais/naturais	Elevado risco de abandono da actividade agro-florestal com consequências muito negativas do ponto de vista da desqualificação da paisagem e da degradação do património natural e construído.
Valorização crescente, pelos cidadãos em geral, da multifuncionalidade dos espaços agro-rurais.	Maior risco de ocorrência de incêndios florestais resultante, por exemplo, da desertificação.
Oportunidades de valorização dos recursos genéticos, animais e vegetais, da Região associados ao desenvolvimento das áreas da biotecnologia (alimentos funcionais).	Elevados níveis da intensificação da actividade agrícola em determinadas zonas da região com consequências do ponto de vista ambiental (aumento da área da ZV).
Criar complementaridades entre os sistemas de agricultura tradicionais e os produtos certificados (especialmente, os produtos da agricultura biológica) através, por exemplo, da criação de uma imagem de marca da Região.	Elevados níveis de extensificação da actividade agrícola em outras zonas com consequências negativas do ponto de vista da ocupação racional do espaço e da distribuição da população no território.
Importância crescente, à escala regional, nacional e europeia, do "cluster" das energias renováveis.	Eventual diminuição do investimento externo em actividades produtivas e de lazer fruto da incapacidade de mobilizar o capital social (cada vez menos) existente.
Possibilidade de dinamização económica dos espaços rurais através do aproveitamento dos seus recursos endógenos e das suas singularidades em termos paisagísticos, ambientais e culturais.	Excesso de visitação em certas Áreas Classificadas da Região, muito para além da sua capacidade, com consequência em matéria de degradação do património natural e paisagístico.
Importância das políticas para a promoção de modos de produção mais consentâneos com as preocupações em matéria de preservação do ambiente e da biodiversidade e de compensação dos espaços com "handicaps" naturais.	

## 1.5 ESTRATÉGIA

Como se procurou demonstrar, muitos dos recursos naturais e paisagísticos são produto de sistemas extensivos agrícolas tradicionais. Isto é, sem a actividade agrícola muitos desses recursos dos territórios da Região – que se pretendem preservar – não existiriam. Isso pressupõe territórios humanizados e, portanto, territórios capazes de gerarem oportunidades de desenvolvimento que permitam a ocupação produtiva das pessoas. Sem essa ocupação acentuar-se-á o fenómeno de abandono e consequente desertificação que trará consigo, ainda, um maior declínio da actividade agrícola, declínio esse que colocará em causa, no limite, estes valores que se pretendem preservar.

As acções previstas devem, assim, assegurar o uso sustentável dos recursos naturais, objectivo indissociável do bem-estar das populações e do desenvolvimento económico em geral.

A estratégia de desenvolvimento rural regional define um conjunto de objectivos estratégicos e específicos, do qual salientamos a necessidade de se “promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida global nas zonas rurais” e, mais especificamente, “desenvolver a atractividade da região na sua diversidade” e “promover uma gestão florestal durável e multifuncional”.

Assim, a(s) estratégia(s) relativas à gestão do(s) território(s) rural(ais) devem visar a promoção da sustentabilidade do espaço e do património natural, através da valorização e gestão dos recursos naturais de modo consentâneo com os valores que se pretendem preservar. Por outro lado, essa(s) estratégia(s) não devem, de modo algum, olvidar aquilo que são as desvantagens específicas de alguns destes territórios e, deste modo, devem permitir perspectivar uma utilização e afectação dos recursos de modo a minorar alguns dos seus “handicaps”. Falamos, em concreto, das zonas e actividades com problemas ambientais muito específicos (“zona vulnerável”, pecuária intensiva (pecuária leite e carne, suínos, aves), agro-indústrias, etc) e, como é natural, das zonas desfavorecidas, que constituem grande parte do território da Região do Norte.

### **1.5.1 Objectivos**

Tendo em consideração as características dos territórios da Região, os elementos da análise SWOT realizada, e a estratégia que procurámos delinear, consideramos que os principais objectivos que permitem a consecução dessa mesma estratégia são os seguintes:

1. Promover a actividade agrícola em certas zonas (desfavorecidas, de montanha, com outros “handicaps”, etc.) como forma de preservação do património paisagístico e natural;
2. Incentivar a introdução e a manutenção de modos de produção compatíveis com a protecção dos valores ambientais, dos recursos hídricos e do solo;
3. Promover uma gestão adequada dos efluentes pecuários, das águas residuais e das lamas.
4. Promover a multi-funcionalidade dos espaços agro-florestais.

### **1.5.2 Acções e Metas**

Estes objectivos serão concretizados através das acções que a seguir explicitamos. A aferição do nível de concretização desses mesmos objectivos far-se-á através da análise/comparação com as metas referentes a cada uma dessas acções propostas e respectivos indicadores.

Objectivos	Acções	Eixo/ Medida	Metas	
1. Promover a actividade agrícola em certas zonas como forma de preservação do património paisagístico e natural	• Promover a adesão de beneficiários às ajudas preconizadas no âmbito das Intervenções Territoriais Integradas (ITI)	Medida 2.4	Nº de candidaturas	6.000
	• Fomentar o desenvolvimento de novas ITI para outros territórios da Região	Medida 2.4	Nº de ITI propostas	3
	• Promover a articulação/parcerias entre diversas entidades que desenvolvem actividades e projectos nestes territórios;	Eixo 3	Nº de projectos	30
	• Adoptar medidas de preservação do património complementares à reestruturação da vinha, nomeadamente na área do Douro Vinhateiro;	Medida 2.4	Nº de candidaturas	3.000
	• Promover a requalificação de algum património associado a valores paisagísticos e culturais;	Medida 2.4 e Eixo 3	Nº de projectos	1.000
	• Realizar estudo(s) tendo em vista a detecção de novos locais/zonas com atributos paisagísticos e culturais merecedores de protecção especial;	Eixo 3	Nº de estudos	3
	• Promover a adesão de beneficiários às ajudas existentes para compensação de desvantagens naturais em zonas de montanha;	Medida 2.1	Nº de candidaturas	70.000
	• Promover a exploração de espécies pecuárias autóctones e variedades regionais;	Medida 2.2	Nº de candidaturas	8.000
	• Promover a diversificação de actividades complementares à actividade agrícola (nomeadamente a produção de energia);	Eixo 3	Nº de projectos	500
2. Incentivar a introdução e a manutenção de modos de produção compatíveis com a protecção dos valores ambientais e dos recursos hídricos e do solo	• Incrementar a transformação local de produtos das explorações agrícolas;	Eixo 3	Nº de projectos	200
	• Fomentar a adopção, por parte dos agricultores, de boas práticas agrícolas e ambientais;	Condição de	Nº de explor. abrangidas	70.000
	• Estabelecer parcerias que envolvam entidades regionais e locais para a conservação e melhoramento dos recursos genéticos;	Medida 2.2	Nº de parcerias	10
	• Fomentar a adesão dos produtores ao Modo de Produção Biológico (MPB) e ao Modo de Produção Integrado (MPRODI);	Medida 2.2	Nº de candidaturas	3000
	• Implementar medidas para a valorização destes modos de produção (MPB e MPI);	Medida 1.4	Nº de produtores certificados	1500
	• Reforçar os serviços de apoio técnico e de aconselhamento aos agricultores, promovendo a criação de equipas/redes temáticas de apoio;	Medida 4.3	Nº de equipas	80

3. Promover uma gestão adequada dos efluentes pecuários, das águas residuais e das lamas.	• Promover uma gestão adequada dos efluentes pecuários, das águas residuais e das lamas;	Medida 2.5	Nº de empresas abrangidas	1.000
	• Promover a elaboração de planos integrados de requalificação ambiental para adequar as explorações agrícolas e empresas agro-alimentares às exigências previstas no quadro legal estabelecido;	Medida 2.5	Nº de planos	4
	• Promover a apresentação de candidaturas/soluções individuais, para a resolução do problema dos efluentes pecuários e agro-industriais, incluindo a criação de unidades de compostagem;	Medida 1.1	Nº de projectos	200
	• Promover a deslocalização de explorações e/ou componentes do processo produtivo	Medida 1.1	Nº de projectos	50
	• Participar na monitorização da utilização de adubos químicos e orgânicos e definir tectos máximos de utilização de fertilizantes por cultura;	Outros	Nº de planos de monitorização	5
4. Promover a multi-funcionalidade dos espaços agro-florestais	• Apoiar o uso integrado dos recursos associados aos espaços agro-florestais de que são exemplos a caça, a pesca, a produção de mel, micologia silvestre, produção de plantas aromáticas, condimentares e medicinais;	Medidas 1.1, 1.3 e 2.3	Nº de projectos	35
	• Incrementar a produção de produtos certificados com DOP e/ou outro qualquer tipo de certificação de qualidade;	Medidas 1.1, 1.4 e 2.3	Nº de projectos	50
	• Promover a florestação, com espécies autóctones, com instalação de pastagens sob-coberto em terras agrícolas abandonadas;	Medida 2.3	Nº de projectos	50
	• Promover a criação de empresas para a recolha de biomassa para a produção de energia.	Medida 1.3	Nº de projectos	5

Por outro lado, esta estratégia, que, neste ponto, se explicita ao nível das acções, deve permitir que sejam aplicadas, regionalmente, de forma mais eficaz e eficiente muitas das políticas definidas em termos sectoriais/nacionais em sede do PDRc.

Assim, por exemplo, a obrigatoriedade de, no âmbito da Medida 2.2 do PDRc, se submeter a exploração agrícola como um todo ao modo de produção biológico e/ou integrado exige um grande esforço ao nível do apoio técnico e de aconselhamento aos agricultores, sendo, portanto, necessário promover a criação de equipas/redes temáticas de apoio. Seria, deste modo, possível garantir que as práticas nas explorações, tantas vezes próximas desse modo de produção em alguns territórios, mais do interior, da Região, pudessem assumir formalmente as exigências deste processo de produção.

A estratégia mais adequada a este contexto regional poderá passar, em sede de implementação, pela articulação entre esta Medida e a Medida 4.3 do PDRc. Esta articulação permitirá, ainda, a aplicação horizontal desta Medida a todo o território regional (tal como parece ser o sentido das propostas apresentadas em termos nacionais).

Por sua vez, no que diz respeito às acções relacionadas com a preservação do património genético autóctone (vegetal e animal), a estratégia regional deve passar por :

- (i) potenciar a (reconhecida) existência de múltiplos recursos biológicos no seu território,
- (ii) obter vantagens do facto de estar sediado na Região a Estrutura do INRB vocacionada para estas matérias (BPG). Poderão, assim, equacionar-se objectivos que passam pelo estabelecimento de parcerias Público/Público e Público/Privado que envolvam, para além do próprio MADRP, organizações de produtores/criadores, consumidores, entidades científicas, autarquias.

No que se refere à implementação das medidas de política relacionadas com a gestão do espaço florestal e agro-florestal, considera-se que a sua natureza e âmbito temático não se devem restringir à área de produção de material lenhoso. Do ponto de vista estratégico, a Região beneficiará com a criação de condições para o uso integrado dos recursos associados aos espaços florestais (caça, produção de mel, utilização de percursos turísticos/temáticos, pastagens sob-coberto, etc.), permitindo intervenções, também elas, integradas.

Pretende-se, por esta via, assegurar uma efectiva complementaridade dos apoios propostos nesta Medida com os previstos no Eixo 3, em particular com os estabelecidos em sede de abordagem LEADER, no que respeita ao uso integrado dos recursos associados à caça, à produção de mel, à utilização de percursos, etc.

No PDRc estão, como é do conhecimento geral, previstas 4 Intervenções Territoriais Integradas na Região do Norte, estando os apoios previstos, neste âmbito, devidamente formatados, no que respeita à estratégia de aplicação e aos objectivos que se pretendem atingir, garantindo-se, de certo modo, a diferenciação regional contemplada ao nível de cada ITI.

Para todos os efeitos, consideramos que deve haver uma maior preocupação com as questões relacionadas com a equidade regional, devendo, dentro do possível, existir alguma coerência no valor das ajudas a atribuir. Por esta razão, deverá caminhar-se no sentido da não diferenciação dos montantes de ajudas para o mesmo tipo de apoios. Por outro lado, os valores das ajudas devem compensar, efectivamente, os benefícios sociais (ambientais) gerados e, por essa razão, devem ser compensadores da actividade de preservação da natureza e da biodiversidade desenvolvida pelos agricultores. De outra forma, corre-se o risco de diminuição do número de aderentes às medidas agro-ambientais, com as necessárias consequências negativas para a sociedade no seu conjunto.

Como é referido no diagnóstico, a Região dispõe de uma vasta área classificada (com diversos tipos de estatutos) que não está coberta por Intervenções Territoriais Integradas (ITI). Desta forma, deve ser equacionado o alargamento, na Região do Norte, do número de ITI. Isto é, consideramos que esta metodologia de abordagem deve ser alargada a outros territórios da Região de forma a, por um lado, se continuar a assegurar a preservação da natureza e da biodiversidade e, por outro, a maximizar-se a utilização dos recursos financeiros da UE.

A resolução dos problemas ambientais, decorrentes das actividades agrícolas e agro-alimentares regionais, deve passar pela elaboração de planos integrados de requalificação das zonas mais problemáticas, os quais favoreçam a adequação das explorações agrícolas e outras empresas agro-alimentares às exigências previstas no quadro legal estabelecido.

Deste modo, pretende-se assegurar a participação dos agentes a Região, nas situações pertinentes em termos sectoriais e territoriais, não só na Estratégia Nacional de Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais como no Plano Estratégico dos Resíduos Agrícolas.

Assim, a adaptação destas estratégias sectoriais de âmbito nacional às condições específicas regionais, deverá passar, por um lado, pela possibilidade de apresentação de candidaturas/soluções individuais, desde que devidamente dimensionadas e/ou enquadradas, dando-se, ainda, prioridade às que se apresentem articuladas com outras medidas de protecção dos espaços agro-rurais, nomeadamente promovendo a resolução do problema dos efluentes pecuários, monitorizando adequadamente a utilização de adubos químicos, bem como definindo tectos máximos de utilização de fertilizantes por cultura.

Deverá ser dada prioridade, por outro lado, a investimentos integrados com os realizados no âmbito das Medidas do Eixo 1 do PDRc, que, para este efeito, deveriam permitir o apoio à deslocalização das instalações agro-pecuárias e agro-industriais.

Em termos, ainda, de prioridades em matéria de projectos de investimento, deverá ser considerado, sobretudo, o seu impacto ao nível da melhoria das condições dos sectores de produção de base (Bovinicultura; Lagares de azeite, Adegas, Suinicultura; Avicultura; Matadouros; Indústria dos lacticínios), capacitando-os para, progressivamente, responderem às maiores exigências na área das Boas Práticas Agrícolas e Ambientais e do Bem-Estar Animal.

## **1.6 CONTRIBUIÇÃO PARA A MELHORIA DO AMBIENTE**

De acordo com a Avaliação Ambiental Estratégica elaborada para o Plano de Desenvolvimento Rural do Continente, as propostas de “acções” apresentadas, previstas, sobretudo, ao nível do Eixo 2, contribuem, de uma forma geral, positivamente para a melhoria do ambiente e, consequentemente, para o cumprimento do protocolo de Quioto, tendo em conta que promovem a redução das emissões de carbono por parte do sector.

Apresentamos, de seguida, alguns dos contributos específicos das “acções” previstas no contexto da Região do Norte.

Objectivos	Acções	Efeito ambiental	
		Positivo/ negativo	Observações
Promover a actividade agrícola em certas zonas como forma de preservação do património paisagístico e natural	Promover a adesão de beneficiários às ajudas preconizadas no âmbito das Intervenções Territoriais Integradas (ITI)	Positivo	(+) na preservação da biodiversidade e da paisagem.
	Fomentar o desenvolvimento de novas ITI para outros territórios da Região		
	Promover a articulação/parcerias entre diversas entidades que desenvolvem actividades e projectos nestes territórios;		
	Adoptar medidas de preservação do património complementares à reestruturação da vinha, nomeadamente na área do Douro Vinhateiro;		
	Promover a requalificação de algum património associado a valores paisagísticos e culturais;		
	Realizar estudo(s) tendo em vista a detecção de novos locais/zonas com atributos paisagísticos e culturais merecedores de protecção especial;		
	Promover a adesão de beneficiários às ajudas existentes para compensação de desvantagens naturais em zonas de montanha e em territórios da Rede Natura;		
	Promover a exploração de espécies pecuárias autóctones e variedades regionais;	Positivo/ negativo	(+) na preservação da biodiversidade e prevenção de riscos de incêndio; (-) produção de resíduos e consumo de recursos
	Promover a diversificação de actividades complementares à actividade agrícola;	Positivo/ negativo	
	Incrementar a transformação local de produtos das explorações agrícolas;		
Incentivar a introdução e a manutenção de modos de produção compatíveis com a protecção dos valores ambientais e dos recursos hídricos e do solo	Fomentar a adopção, por parte dos agricultores, de boas práticas agrícolas e ambientais;	Positivo	(+) no solo, água e alterações climáticas
	Estabelecer parcerias que envolvam entidades regionais e locais para a conservação e melhoramento dos recursos genéticos;	Positivo	(+) promoção e preservação de raças e populações autóctones
	Fomentar a adesão dos produtores ao Modo de Produção Biológico (MPB) e ao Modo de Produção Integrado (MPI);	Positivo	(+) no solo, água e alterações climáticas
	Implementar medidas para a valorização destes modos de produção (MPB e MPI);	Positivo	(+) no solo, água e alterações climáticas (-) produção acrescida de resíduos
	Reforçar os serviços de apoio técnico e de aconselhamento aos agricultores, promovendo a criação de equipas/redes temáticas de apoio;	Positivo	(+) melhores práticas agrícolas



Promover uma gestão adequada dos efluentes pecuários, das águas residuais e das lamas.	Promover uma gestão adequada dos efluentes pecuários, das águas residuais e das lamas;	Positivo	(+) no solo e na água
	Promover a elaboração de planos integrados de requalificação ambiental para adequar as explorações agrícolas e empresas agro-alimentares às exigências previstas no quadro legal estabelecido;	Positivo	(+) no solo, água, alterações climáticas, produção de energia
	Promover a apresentação de candidaturas/soluções individuais, para a resolução do problema dos efluentes pecuários e agro-industriais, incluindo a criação de unidades de compostagem;	Positivo	(+) no solo, água, alterações climáticas, produção de energia
	Promover a deslocalização de explorações e/ou componentes do processo produtivo	Positivo/negativo	(+) no solo e na água; (-) eventual poluição em outros locais
	Participar na monitorização da utilização de adubos químicos e orgânicos e definir tectos máximos de utilização de fertilizantes por cultura;	Positivo	(+) melhores práticas agrícolas
Promover a multi-funcionalidade dos espaços agro-florestais	Apoiar o uso integrado dos recursos associados aos espaços agro-florestais de que são exemplos a caça, a pesca, a produção de mel, micologia silvestre, produção de plantas aromáticas, condimentares e medicinais;	Positivo/negativo	(+) na paisagem, biodiversidade e risco de incêndio (-) produção de resíduos, sobre-exploração de recursos.
	Incrementar a produção de produtos certificados com DOP e/ou outro qualquer tipo de certificação de qualidade;	Positivo/negativo	(+) biodiversidade (-) produção acrescida de resíduos
	Promover a florestação, com espécies autóctones, com instalação de pastagens sob-coberto em terras agrícolas abandonadas;	Positivo	(+) no solo, na água, paisagem e biodiversidade
	Promover a criação de empresas para a recolha de biomassa para a produção de energia.	Positivo/negativo	(+) valorização energética de sub-produtos (-) sobre-exploração de recursos e construção de infra-estruturas, porventura, com impactos negativos na paisagem.

## 1.7 INTEGRAÇÃO COM AS OUTRAS ESTRATÉGIAS REGIONAIS

Os resultados da implementação das Medidas propostas para a Região podem ser potenciados se existir, em termos sectoriais, temporais e territoriais, uma articulação com outras previstas nos Eixos 1 e 3. Isto é, por exemplo, a abordagem em matéria de competitividade no Eixo 1 não deve dispensar os necessários investimentos em matéria de requalificação ambiental ao nível de algumas fileiras estratégicas regionais (leite, azeite, vinho, etc.). Por outro lado, ressalta a necessidade de articulação das Medidas do Eixo 2 com as abordagens mais de natureza territorial que irão ser financiadas ao abrigo do Eixo 3.

## **1.8 TIPOLOGIA E PRIORIZAÇÃO DE PROJECTOS**

De acordo com a estratégia definida serão prioritários os projectos e acções que visem:

- manter a actividade agro-florestal nas zonas mais deprimidas da Região;
- contribuir para a requalificação ambiental;
- contribuir para a manutenção da paisagem e valores naturais;
- contribuir para a implementação de modos de produção compatíveis com o ambiente.

Para todos os efeitos, um ou outro tipo de investimentos ressaltam, face à sua importância, relativamente aos demais. Primeiro, a necessidade de requalificação ambiental da bacia leiteira, promovendo, por essa via, o desenvolvimento sustentável do sector. Segundo, a eliminação de impactos ambientais negativos mais de natureza pontual e difusa, como é o caso do sector do azeite e de toda a questão respeitante aos nitratos.

Por último e não menos importante, é a existência de apoios que gerem efeitos visíveis/significativos na preservação dos recursos naturais, biodiversidade e qualidade da paisagem. Por esta razão, impõe-se, de certa forma, o alargamento da metodologia das Intervenções Territoriais Integradas a outros territórios da Região.

## 2 REGADIO E INFRA ESTRUTURAS RURAIS

O reforço da capacidade de competir do sector agrícola regional passa, por um lado, pela criação de condições que permitam a implementação de novas orientações produtivas respeitadoras do ambiente, dirigidas para o mercado e geradoras de mais-valias e por outro pela integração de todo um processo produtivo num esquema mais alargado de bem estar, diversidade, respeito pelo recurso água e solo, preservador do ambiente e de incremento do nível de vida.

A insuficiente disponibilidade de água e ou o seu deficiente uso, a deficiente estrutura fundiária e condições de acesso às explorações e o insuficiente fornecimento de energia eléctrica às explorações, são factores entre outros, limitadores ao desenvolvimento e nível de competitividade desejado para a região.

Por estas razões, o problema do regadio e das infra - estruturas é sempre equacionado como estrangulamento importante que é necessário minimizar para se atingir um determinado patamar de desenvolvimento e competitividade da agricultura e da região.

A resolução deste problema passa pela melhoria do uso da água, um dos factores do desenvolvimento da agricultura regional e gerador de um maior quadro de alternativas produtivas às explorações agrícolas; mas passa também pela abertura de novas infra-estruturas viárias e ou pela melhoria das existentes, essenciais à circulação de pessoas e bens e ao escoamento dos produtos; pelo fornecimento de energia eléctrica às explorações, como condição indispensável ao progresso e às novas tecnologias ; pela alteração ( melhoria ) da estruturação agrária.

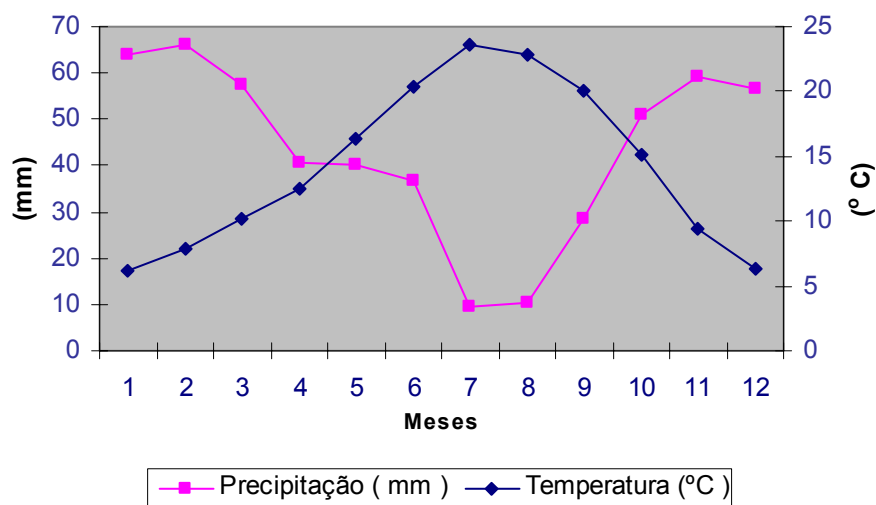
### 2.1 CARACTERIZAÇÃO

O clima da região Norte caracteriza-se genericamente por:

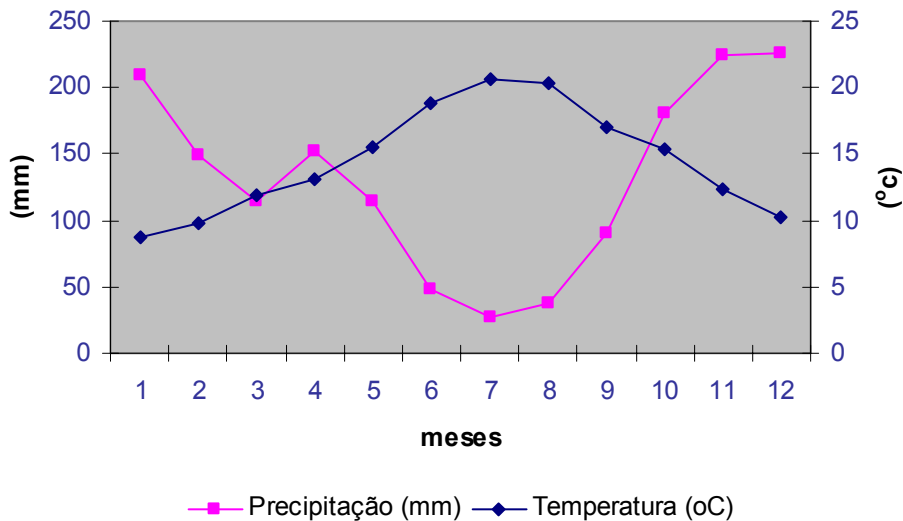
- Distribuição pluviométrica, desajustada às necessidades das plantas.
- Grande variabilidade da precipitação anual
- Irregularidade da distribuição sazonal da precipitação

Pelo gráfico 1, elaborado com dados da UTAD, representativo da Terra Quente Transmontana, e pelo gráfico 2 ( elaborado com os dados do SNIRH ) representativo da região litoral, verifica-se que o período estival coincide com o período de menor precipitação , originando com frequência défice hídrico para as culturas de primavera –verão.

**Gráfico 1 Precipitação e temperatura média mensal  
( Estação Mirandela) (1951-1981)**



**Gráfico 2 Distribuição da Precipitação e da Temperatura média mensal  
(Estação Barcelos) (1983-1995)**



Os referidos gráficos evidenciam também que a precipitação média mensal na zona litoral da região é bastante superior à que ocorre no interior transmontano, sendo neste território que o deficit hídrico mais se faz sentir e que mais condiciona o desenvolvimento vegetativo das culturas.

As reservas de água, sobretudo na região transmontana, são insuficientes para as necessidades, existindo áreas estratégicas para a agricultura regional que não são dotadas de recursos hídricos suficientes e o fornecimento de água para as áreas de regadio não está garantido, como se verificou no período de seca ocorrido recentemente, em que foi necessário proceder ao seu rateio ou mesmo à interrupção de fornecimento.

A insuficiência de água para rega é factor de constrangimento à expansão e à reconversão da área de culturas estratégicas, das quais se destacam a Fruticultura e Hortofloricultura, Olival, Vinha e Leite. Esta situação poderá ser minimizada, através da regularização inter-anual dos caudais necessários a satisfazer as necessidades hídricas das culturas regadas.

### 2.1.1 Regadios

Segundo Gonçalo Leal ( 1995 ) a região Norte dispõe de 523 590 ha de área com aptidão ao regadio. De acordo com os dados do RGA/99 a superfície irrigável na região ascende a 241406 ha e representa 36% da SAU, mas, de acordo com o referido senso, só 81 % da área é regada anualmente.

Como podemos verificar no quadro, a área irrigável na região tem vindo a diminuir quer em termos absolutos quer em termos da sua representação na Superfície Agrícola Utilizada (SAU).

**Quadro 1 Evolução da área irrigável e superfície regada e sua representação na SAU**

ANO	Área Irrigável (ha)	% SAU	Superfície Regada	% SAU	SAU (ha)
<b>1989</b>	<b>325379</b>	<b>42</b>	<b>247424</b>	<b>32</b>	<b>778864</b>
<b>1999</b>	<b>241406</b>	<b>36</b>	<b>195516</b>	<b>29</b>	<b>673564</b>
<b>2005</b>	<b>185882</b>	<b>26</b>	<b>141175</b>	<b>20</b>	<b>705790</b>

**Fonte: INE- RGA/99 ; RGA 89 e Inquérito Estruturas Agrícolas 2005**

No período 1989 a 1999 a área irrigável decresceu 33%, sendo que no Entre Douro e Minho decresceu 34,2 % enquanto em Trás-os-Montes houve um aumento de 6,1%.

Esta tendência manteve -se entre 1999 e 2005, diminuindo 55 524 ha o que corresponde a 23% relativamente a 1999.

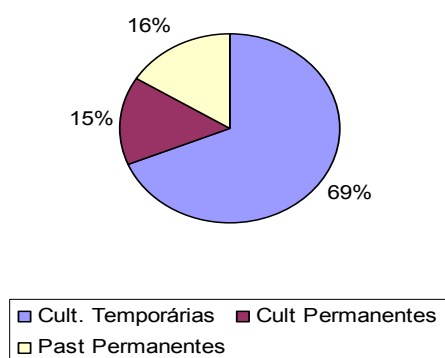
A área regada anualmente tem vindo também a decrescer quer em termos absolutos quer em termos da sua representação na SAU.

De acordo com os dados do Inquérito às Estruturas Agrícolas (INE,2005), a área efectivamente regada foi de 141175ha, o que representa apenas 76% da superfície irrigável.

Como se pode concluir, uma parte significativa (aprox. 1/4) da superfície irrigável não é regada ( falta de iniciativa dos produtores; dificuldade de escoamento dos produtos; práticas associadas aos sistemas produtivos tradicionais; condições adversas solo e relevo e no ano de 2005 à seca severa e extrema )

Em 1999 as explorações que não dispunham de área irrigável representavam 22,3% do total enquanto que em 1989 apenas correspondiam a 7%.

**O regadio na Região Norte ( RGA/ 99 ) é maioritariamente de iniciativa privada (97%), apoiado em sistemas de rega individuais (77%) e à custa de poços, furos ou nascentes.**



Em termos de culturas regadas dominam as temporárias milho e forragens correspondendo a 69% do total de culturas regadas enquanto as culturas permanentes (Pomares, Olival e Vinha) representam 15% e as pastagens permanentes 16% do total da área regada (RGA 99)

De acordo com os elementos publicados " Alguns números do regadio, 2002" ( IDRHa) a rega por gravidade é o método utilizado em 87 % das explorações com superfície irrigável, método <sup>1</sup> que de acordo com o RGA /89 era utilizado em 96 % das explorações com superfície irrigável.

A rega sob pressão, segundo o mesmo estudo, era o método de rega utilizado em 13% das explorações com superfície irrigável.

A eficiência global de rega na Região é aproximadamente de 54 % ( IHERA- estimativa das necessidades globais de água para o regadio ) a que não é alheio o facto do método de rega predominante ser a gravidade.

**Quadro 2 Distribuição da área irrigável por tipo de regadio**

COLECTIVO ESTATAL		COLECTIVO PRIVADO		PRIVADO (1)		TOTAL IRRIGÁVEL (2)
(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)
7.871	3,0	48043	20,0	185492	77,0	241406

Fontes: IHERA, 2000 e INE (RGA'99)

(1) Valores obtidos por diferença entre o total e a soma dos regadios construídos pelo Estado com os regadios tradicionais.

(2) - RGA'99

<sup>1</sup> . ( as fontes de informação não são as mesmas pelo que os valores ainda que não possam ser comparados, indiciam no entanto uma tendência para a redução do peso da rega por gravidade na região ).

Destaca-se da análise do quadro que o regadio de iniciativa estatal, rondava os 7871 ha (2005), significa apenas 3% da área irrigável.

**Quadro 3 Regadio Colectivo Estatal**

REGADIO	ANO	ORIGEM ÁGUA	ÁREA BENEFICIADA	MÉTODO REGA
V. ESTORÕES	1970	AÇUDE	136	GRAVIDADE
S. CABANELAS	1969/75	AÇUDE	531	GRAVIDADE
ESTEVEINHA	1968/73	ALBUFEIRA	240	ASPERSÃO
CAMBA	1998	ALBUFEIRA	380	ASPERSÃO
CRASTO	1996	AÇUDE	105	GRAVIDADE
CURALHA	1994	ALBUFEIRA	100	GRAVIDADE
GOSTEI	1995	ALBUFEIRA	320	GRAVIDADE
M. CAVALEIROS	1978/99	ALBUFEIRA	3042*(5300**)	ASPERSÃO
MAIROS	1997	ALBUFEIRA	110	ASPERSÃO
PRADA	1996	ALBUFEIRA	100	ASPERSÃO
V. CHAVES	1936/99	AÇUDE ALBUFEIRA	1500	ASPERSÃO
V. VILARIÇA	1973/2006	ALBUFEIRAS	1165* (2045**)	ASPERSÃO
V. MADEIRO	2006	ALBUFEIRA	300	ASPERSÃO

Fonte: DRAPN e IDRHa \*Área em exploração; \*\* Área total do perímetro

Pode verificar-se pelo Quadro 3 que em 35% dos regadios públicos da região a gravidade é o método de rega utilizado e que uma parte deles (40%) foram implementados nos anos 60 e 70.

Relativamente ao cadastro destes regadios na sua maioria está desactualizado o que condiciona uma gestão eficiente dos mesmos.

Em termos de culturas regadas (sistemas culturais), como podemos verificar no quadro seguinte, o milho e as hortícolas (incluindo batata) dominam, embora em alguns deles as culturas das fileiras estratégicas, fruticultura e olival já tenham alguma expressão.

**Quadro 4 Sistemas Culturais de Alguns dos Perímetros de Rega Colectivos Estatal**

Aproveitamento Hidroagrícola	Sistemas culturais	Ocupação (%)*	Nº. de explorações	Área Regada (ha)
Curalha	Milho, prado, batata e hortícolas	30; 20; 30; 20;	93	100
Gostei	Milho, forragem, batatas, hortícolas	25, 25, 30, 20	141	320
Prada	Milho, forragem, batata, hortícolas	30, 30, 30, 10	83	100
Camba	Olival, forragem, hortícolas; Outras	30, 30; 20; 20	160	380
Armamar	Pomar de macieira e outras culturas	80; 20	148	420
Vale Madeiro	Culturas hortícolas, Fruticultura (Cereja, Amendoal; Olival) e prado	40, 30, 30	146	300
Vale de Chaves	Milho, prado, batata e hortícolas, Cult. Permanentes	40; 15; 15; 20; 10	1925	1500
Vale da Vilariça	Olival, prunóideas, arvenses de regadio, e hortícolas	25, 25, 20, 30	803	1165 (a)
Esteveinha	Pomar de cerejeira, hortícolas	80, 20	32	240
Macedo de Cavaleiros	Forragem, horta, prado, milho, outras	30, 30, 10, 20, 10	nd	3042 (b)
Mairos	Milho, batata, horta, prado	20, 30, 30, 20	90	110

Fonte: DRAP-Norte (\*% estimadas); nd= não disponível

(a) -Área em exploração. Total do perímetro 2045 há ; (b) - Área em exploração. Total do perímetro 5300 ha

A área de regadio ( média ) das explorações situadas nos perímetros é aprox. de 1,3 ha.

A área média por Regante na Campanha de rega de 2004 no Regadio de Macedo de Cavaleiros variou entres 0,39 ha no Bloco de Macedo de Cavaleiros e 0,63 ha no Bloco de Salselas ( relatório da campanha de rega 2004 no aproveitamento Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros, IDRHa 2005 ) enquanto no Perimetro de Vale de Chaves é de 0,2 ha a área média das parcelas a regar ( valor fornecido pela Associação de Regantes ).

De acordo com o relatório referido o consumo médio bruto variou entre 8071 m3 e 9063 m3/ha.

Dotação que não se justifica apenas pelo tipo de culturas regadas mas sobretudo pelo facto dos beneficiários desconhecerem as necessidades efectivas das culturas e o tarifário praticado nos perímetros não promover o uso racional da água.

O tarifário nos perímetros regionais pratica-se em função da área regada e não da água efectivamente consumida.

No período de 1995 a 2005 a capacidade de armazenamento para agricultura e fins múltiplo evoluiu positivamente ( +15,26 hm3 ) passou de 62,69 hm3 para 77,95 hm3 o equivalente a um aumento de 25% da capacidade de armazenamento.

Neste mesmo período a área irrigável no regadio colectivo estatal aumentou 2 840 ha.

A adesão ao regadio nos perímetros de iniciativa Estatal da região estima-se que ronde a média de 60%, valor semelhante à que ocorre no resto do País.

Na Região os **regadios colectivos tradicionais**, assumem elevada importância, estima-se que ultrapassem os 1500 e que representem 48000 ha de área irrigável correspondendo a 20% da mesma e a 7% da SAU da região.

Estes Regadios Colectivos Tradicionais são sistemas colectivos de irrigação de gestão comunitária, utilizando normalmente águas superficiais – linhas de água ou nascentes.

São regadios que têm grande importância social e económica nas comunidades e que por norma se situam nas proximidades das aldeias. Constituem uma descontinuidade húmida e uma cintura verde em torno dos aglomerados urbanos, com forte impacto na prevenção e contenção de incêndios e são ainda promotores da biodiversidade.

Constituem também um importante património paisagístico e como tal um elemento de ordenamento do território , promotor da fixação das populações e manutenção de algumas actividades agrícola em regiões mais desfavorecidas.

São estes regadios que contribuem para:

- A melhoria das condições de vida e de trabalho das populações ;
- A redução das perdas de água por infiltração;
- Redução dos custos de manutenção das infra-estruturas;
- A reorientação das actividades agrícolas.



São no entanto regadios imperfeitos que apresentam, genericamente, as seguintes limitações:

- Captação sobretudo a fio de água;
- Estruturas de regularização dos caudais de distribuição de baixa capacidade de armazenamento (tanques, poças ou açudes);
- Fortemente dependentes dos caudais de estio das linhas de água ou nascentes que os abastecem;

Embora nos últimos anos a utilização da água para regadio tenha sido objecto de uma maior preocupação, que se traduziu na adopção de sistemas e tecnologias de rega tendentes a uma diminuição dos volumes necessários, a quantidade global utilizada na agricultura não tem baixado significativamente, resultado do sistema de rega dominante ser individual.

Em face dos elementos caracterizadores do regadio regional podemos referir os seguintes problemas:

- Elevado consumo por unidade de área
- Áreas com aptidão e condições, mas sujeitas a regadio imperfeito
- Baixa adesão nos perímetros de rega colectivos
- Dificuldade na estratégia e adaptação às condições de mercado
- Áreas com tradição e aptidão para culturas competitivas com necessidades de intervenção para reconversão
- Sistemas de transporte e distribuição de água degradados, com grandes perdas, e muito exigentes em mão-de-obra
- Sistemas de rega à parcela pouco eficientes, quer no regadio privado quer publicam
- Elevada representatividade da rega por gravidade, publico e privado
- Dotações excessivas pela falta de conhecimento das necessidades da cultura
- Tarifário pouco estimulante à poupança de água
- Falta de preparação dos gestores e qualificação dos agricultores
- Deficiente delimitação das áreas a beneficiar com regadio
- Más práticas agrícolas ( horas de rega não aconselhadas )

### **2.1.2 Acessibilidades**

A melhoria das acessibilidades na região pela abertura ou requalificação da rede viária de forma a facilitar a circulação de pessoas e equipamentos, o acesso às explorações agrícolas e o escoamento dos produtos, é factor determinante para competitividade da agricultura regional.

A construção e/ou beneficiação da rede viária é indissociável dos projectos de infra-estruturação com regadio e emparcelamento, e da competitividade das estruturas produtivas associadas.

Apesar do enorme esforço público na melhoria das acessibilidades na região, pode-se afirmar que, embora em algumas sub regiões exista uma rede viária rural satisfatória ou pelo menos não limitativa do desenvolvimento das actividades ligadas ao mundo rural, noutras persistem ainda muitas carências, nomeadamente nos acessos aos perímetros de rega e a manchas agrícolas vocacionadas para as fileiras estratégicas.

Em termos da concepção dos caminhos, nem sempre as suas características técnicas estão adaptadas às exigências em transportes de mercadorias e máquinas agrícolas dos novos sistemas produtivos, nomeadamente no tipo de pavimento. Denota-se assim uma carência ao nível de manutenção em alguns caminhos, manifestamente desadequados ao tipo de tráfego.

Poderemos deste modo enunciar os seguintes problemas na rede viária agrícola da região

- Rede viária agrícola insuficiente em certas zonas, designadamente nos acessos e no interior dos perímetros e nas áreas agrícolas associadas às fileiras estratégicas
- Caminhos mal dimensionados e com características desadequadas às exigências do tráfego e das exigências da produção agrícola
- Caminhos em mau estado de conservação, carecendo de requalificação

### **2.1.3 Electrificação agrícola**

A disponibilização de energia eléctrica às explorações agro-florestais, pequenas agro-indústrias e outras iniciativas e projectos de desenvolvimento local, contribui para a modernização, reconversão, diversificação e viabilização das actividades produtivas, proporcionando às populações rurais a melhoria do seu rendimento e qualidade de vida.

A energia eléctrica permite assim às explorações agrícolas a economia de custos, a simplificação de procedimentos, o acesso a inovações tecnológicas e ainda a fixação das populações à terra, proporcionando níveis de conforto aos agricultores e à população em espaço rural.

Pese embora a importância que lhe foi atribuída em todos os quadros comunitários de apoio anteriores, é inegável que a electrificação agrícola continua a merecer uma atenção especial devido à sua importância estratégica e ao elevado número de candidaturas existentes.

Poderemos identificar como principais problemas associados à electrificação, os seguintes:

- Tempo demasiado entre a aprovação e execução do projecto
- Falta de articulação entre as componentes dentro e fora da exploração
- Custo elevado dos projectos

#### 2.1.4 Estrutura da Propriedade

A deficiente **estrutura da propriedade** e tipo de explorações na Região Norte , associada à elevada idade e falta de qualificação dos produtores agrícolas é um dos factores mais limitantes ao modelo de desenvolvimento desejado para a agricultura regional.

No que respeita à dimensão e fragmentação da exploração agrícola (RGA 1999), verificou-se que na Região Norte , a superfície total média por exploração era de 7,36 ha com uma área média de SAU de 4,9 há. O número médio de blocos com SAU por exploração era 7, a que correspondia a média de 0,66 ha de SAU (RGA, 1999).

A forma de exploração por conta própria ( 92% ) predomina claramente na região, representando em termos de área 87 % do total da SAU.

A dimensão, o desenho (configuração) e a localização espacial, impõe custos de produção tão elevados que são cada vez mais condicionantes ao reforço da capacidade competitiva das explorações.

Todos os diagnósticos, estudos e avaliações feitos sobre a agricultura regional fazem referencia à estrutura fundiária e apontam-na como um dos importantes estrangulamentos do sector agrícola regional, constituindo mesmo um impedimento à competitividade das fileiras estratégicas e à modernização do meio rural.

Sendo inquestionável a necessidade de intervir ao nível da estrutura fundiária, importa elencar alguns dos principais problemas associados à estruturação fundiária:

- Falta de estratégia clara para a melhoria da estrutura fundiária e na selecção dos investimentos
- Falta de articulação com outras intervenções
- Insuficiência e/ou desactualização legislativa ou com lacunas

## 2.2 Estratégia

A agricultura continua a ser um dos principais, senão o principal sector de actividade utilizador de água e do espaço rural.

O desenvolvimento sustentado dos sistemas produtivos agrícolas depende a longo prazo da salvaguarda da capacidade produtiva dos solos, da disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos e da conservação da biodiversidade associada a fauna e a flora.

A criação de riqueza e de bem estar está necessariamente dependente da existência de condições básicas, proporcionadas por níveis adequados de infra-estruturas, como sejam as de regadio, as vias de comunicação, o fornecimento de energia eléctrica ou a adaptação da estrutura fundiária.

A estratégia a implementar deve ter em conta, o papel multifuncional da agricultura no espaço rural, na óptica dum desenvolvimento económico, social e ambiental, de forma a contrariar o despovoamento e desertificação actuais.

O regadio, as infra-estruturas em geral e a estrutura fundiária, deverão ser promotores da melhoria do ordenamento dos espaços rurais e indutores de inovação nos domínios produtivos , tecnológicos e organizacional do sector agro- florestal regional e utilizados de forma integrada para a produção de bens transaccionáveis associados às fileiras estratégicas, bem como promover a diversificação de actividades em meio rural

A estratégia deve por outro lado assentar na rentabilização das infra-estruturas colectivas já realizadas, na integração das dinâmicas já existentes regionalmente e na utilização integrada dos vários instrumentos financeiros de infra- estruturação ( FEDER e FEADER )

Para a concretização dos objectivos propostos a região deverá implementar um conjunto de medidas e acções que favoreçam:

- O aumento da área regada quer pela promoção de novos regadios públicos ou privados quer pela melhoria da eficiência de rega.
- O uso eficiente da água de rega, quer pela modernização dos regadios existentes quer pela introdução de novas tecnologias e por métodos de rega mais eficientes
- A reconversão cultural das áreas regadas para produções competitivas associadas às fileiras estratégicas ou a produtos de qualidade; ( Áreas homogéneas por cultura )
- Instalação de Agro- indústrias e outras empresas nomeadamente ligadas a prestação de serviços.
- A protecção e valorização ambiental das áreas regadas
- A diminuição dos custo de contexto das associações de regantes, nomeadamente pela instalação de sistemas de leitura por telemetria.
- A actuação no âmbito da electrificação, rede viária e estruturação fundiária seja desenvolvida de forma integrada associada a fileiras estratégicas ou territórios de interesse estratégico.
- A dotação de infra-estruturas viárias e ou de electrificação de projectos estruturantes no âmbito do desenvolvimento rural e ou associados a fileiras estratégicas ou a territórios de interesse estratégicos
- A mobilidade da terra
- A actuação no âmbito do regadio, da infra- estruturação e estruturação fundiária devem ser desenvolvidas de forma integrada e tendo por base o ordenamento da região.
- Diminuição dos custo de contexto das associações de regantes, nomeadamente pela instalação de sistemas de leitura por telemetria.

## 2.3 Objectivos

As intervenções no âmbito do regadio e outras infra-estruturas deverão concorrer para que a região globalmente em 2013 tenha um sector agrícola e florestal mais competitivo; apresente uma melhoria significativa do ambiente e da paisagem; tenha criado capacidades locais para o emprego e diversificação.

Assim, consideramos como principais objectivos:

- Aumentar a eficiência de uso da água de rega,
- Promover a gestão sustentável dos regadios públicos
- Reforçar a capacidade de armazenamento de água para rega
- Aumentar a área de regadio
- Preservar e recuperar os sistemas de regadio tradicional
- Consolidar uma nova cultura da água
- Dinamizar a diversificação da actividade económica nas áreas de regadio
- Melhorar a rede viária na região em geral, particularmente nas zonas de regadio, nos territórios vocacionados para o desenvolvimento agrícola ou florestal e outros territórios de interesse estratégico.
- Dotar de energia eléctrica as zonas orientadas para o desenvolvimento agrícola ou florestal e explorações agrícolas competitivas e associadas a fileiras estratégicas.
- Melhorar a estrutura fundiária nas zonas de regadio, de florestação ou associadas a fileiras competitivas.
- Contribuir para a compatibilização da agricultura com a conservação do ambiente nas áreas de regadio
- Aumentar a mobilidade da terra

## 2.4 Medidas e Acções

Objectivos	Medidas	Acções
Aumentar a eficiência de uso da água de rega	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhoria dos sistemas de condução e distribuição da água</li> <li>- Promover a utilização de métodos de rega mais eficientes</li> <li>- Determinar as necessidades hídricas das culturas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Elaboração de estudos, projectos e consultoria</li> <li>Reconversão, recuperação e modernização dos sistemas de condução e distribuição da água no regadio colectivo estatal, colectivo tradicional e individual.</li> <li>- Acções de informação e formação profissional</li> <li>- Apoiar a reconversão da rega de gravidade para rega sob pressão.</li> <li>-Realização de estudos de adequação dos volumes de rega às necessidades hídricas das culturas</li> </ul>
Aumentar a área de regadio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a reconversão cultural</li> <li>- Promover a construção de novos regadios colectivos estatal e regadio individual.</li> <li>- Promover a recuperação e modernização de perímetros/regadios em exploração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reconversão de áreas de sequeiro em regadio</li> <li>- Elaboração de estudos, projectos e consultoria</li> <li>- Construção de novas de infra-estruturas hidro-agrícolas</li> <li>- Recuperação, beneficiação e ampliação de regadios públicos e privados em exploração</li> </ul>

Aumentar a disponibilidade de água para rega	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhoria de captações de água existentes e realização de novas captações</li> <li>- Aumentar a capacidade de armazenamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de estudos, projectos e consultoria</li> <li>- Apoiar a prospecção, desvio ou retenção de água em áreas de regadio em exploração</li> <li>- Reconversão/recuperação dos sistemas de armazenamento de água no regadio colectivo estatal, colectivo tradicional e individual.</li> </ul>
Promover a gestão sustentável dos regadios públicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhorar a gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas</li> <li>- Melhorar os sistemas económico-financeiros dos regadios públicos</li> <li>- Assegurar a protecção e valorização ambiental das áreas regadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação dirigida a gestores perímetros rega</li> <li>- Promover o planeamento da gestão da utilização da água</li> <li>- Actualização do cadastro</li> <li>- Dotar os perímetros de contadores volumétricos</li> <li>- Criação de sistemas de aviso de rega e serviços agro-meteorológicos</li> <li>- Apoiar a introdução de novas tecnologias, nomeadamente telegestão, telecontrolo e sistemas de informação geográfica</li> <li>- Acções de formação</li> <li>- Promover as boas práticas agrícolas</li> <li>- Promover os sistemas de monitorização da qualidade da água e do solo</li> <li>- Implementação de esquemas de protecção e valorização dos valores naturais presentes nos aproveitamentos hidro-agrícolas</li> </ul>
Preservar e recuperar os sistemas de regadio tradicional	Melhorar e recuperar os regadios tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de estudos, projectos e consultoria</li> <li>- Apoiar a beneficiação de regadios tradicionais</li> </ul>
Consolidar uma nova cultura da água	Promover a água como produto	Apoiar acções de informação e sensibilização para a boa gestão do factor água
Dinamizar a diversificação da actividade económica nas áreas de regadio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover novas actividades nas áreas de regadio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instalação de serviços e empresas associadas ao regadio.</li> <li>- Diversificação da prestação de serviços pelas entidades gestoras dos aproveitamentos hidro-agrícolas</li> </ul>
Melhorar as acessibilidades aos e nos perímetros de rega e ou emparcelamento, bem como nas áreas vocacionados para as produções das fileiras estratégicas ou outros territórios de interesse estratégico	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a construção de novas infra-estruturas viárias</li> <li>- Redimensionar e adaptar a rede de caminhos às novas especificidades do tráfego</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a construção de caminhos agrícolas em articulação com projectos associados ao regadio às Fileiras estratégicas e ou projectos relevantes para desenvolvimento rural.</li> <li>- Promover a reabilitação dos caminhos existentes adaptando-os a novas condições de circulação</li> </ul>

Dotar de energia eléctrica as infra-estruturas colectivas nas áreas de regadio, e as explorações inseridas em perímetros de rega e ou emparcelamento ou orientadas para as fileiras estratégicas	-Promover o fornecimento de energia eléctrica às explorações agrícolas	Apoiar o fornecimento de energia eléctrica aos perímetros de rega e ou emparcelamento e às explorações agrícolas
Melhorar a estrutura fundiária nas zonas de regadio ou associadas a fileiras competitivas	- Promover a realização de acções de estruturação fundiária	- Apoiar a realização de estudos e projectos de emparcelamento - Apoiar a realização de operações de emparcelamento entre um conjunto reduzido de proprietários
Aumentar a mobilidade da terra	- Promover junto das organizações de produtores a prestação de serviços neste domínio  - Facilitar o acesso à terra.  - Promover o redimensionamento das explorações	- Constituição de organizações específicas ou secções de aconselhamento em organizações já existentes  - Apoiar a aquisição de terras para a constituição de novas empresas agrícolas ou para o redimensionamento das existentes dentro dos perímetros de rega ou nas áreas vocacionados para as produções das fileiras estratégicas. - Apoiar a criação de empresas de serviços de mediação fundiária - Promover a articulação entre as diferentes instituições que intervêm no processo - Apoiar o emparcelamento de iniciativa dos agricultores ("emparcelamento de exploração") com ou sem redimensionamento da exploração

## 2.5 Previsões e metas a atingir

### 2.5.1 Regadio

- Conclusão de 1 aproveitamento
- Aumentar a eficiência de rega para 60%
- Aumentar a adesão ao Regadio público para 80%
- Modernização de 13 Perímetros de Rega
- Promoção de 5 novas áreas de regadio Público
- Modernização de 320 regadios colectivos tradicionais
- Aumentar a área irrigável em 5%
- Acções de Informação, sensibilização e formação a 5% dos agricultores que possuem superfície irrigável

### **2.5.2 Rede Viária e Electrificação Rural**

- Electrificação de 750 explorações agrícolas
- Construção e ou requalificação de rede viária – 800 Km

### **2.5.3 Estruturação Fundiária**

- Aumentar a área média de 5% das explorações situadas nos perímetros em exploração

## **2.6 Contribuição para o crescimento económico**

A água é um recurso indispensável à maioria das actividades económicas associadas ao espaço rural e um factor de competitividade económica, ambiental e social da região, mas é um bem cada vez mais raro, devendo o seu uso ser programado e racionalizado de modo que se consiga uma crescente poupança.

As infra – estruturas rurais ( regadio; caminhos, electrificação e a estruturação agrária ) sendo de igual modo dinamizadoras de actividades não agrícolas a montante e a jusante das zonas onde se localizam, são factor de suporte inquestionável e muitas vezes insubstituível do desenvolvimento económico e social da região. São assim, um factor decisivo da viabilidade e competitividade das explorações agrícolas, tendo em vista a diversificação das actividades económicas permitindo aumentar a criação de riqueza, a competitividade, a criação de emprego e a fixação das populações e jogam um papel determinante na inversão do processo de abandono e perda de população, contribuindo para a manutenção de um certo equilíbrio territorial, fixando a população e por conseguinte a conservação do espaço, recursos naturais e ambiente.

Assim, o regadio e outras infra-estruturas contribuirá para o crescimento económico da região, nomeadamente através de :

- Aumento da capacidade produtiva regional com a promoção de novas áreas de regadio
- Melhoria da capacidade produtiva já existente, pela diminuição das perdas de água e melhorias da eficiência da rega;
- Aumento da produtividade, pela introdução de novas tecnologias e novos processo produtivos
- Novos investimentos associados ao regadio, pela instalação de empresas prestadoras de serviços
- Melhoria das acessibilidades, diminuem custos de transporte de produtos e pessoas
- Diminuição de custos de produção, pela melhoria da estrutura fundiária e disponibilização de energia eléctrica.
- Maior rendimento disponível, pela redução de consumos de água e electricidade e diversificação de actividades;
- Racionalidade e integração dos investimentos



## 2.7 Integração com as estratégias regionais das fileiras

A região Norte é detentora de um conjunto de amenidades agro- ecológicas ( clima, solo) e recursos genéticos favoráveis à obtenção de produtos agrícolas de qualidade e potencialmente concorrenciais no mercado, designadamente Vinho, Azeite; Frutas e produtos Hortícolas e Florícolas, Leite e produtos de qualidade reconhecida. É possuidora , também, de territórios com uma grande variedade de sistemas agrícolas e florestais adaptados ao meio ambiente que contribuem para a paisagem e biodiversidade e que explorados ( usufruídos ) de forma sustentável são competitivos e geradores de mais valias.

Assim as intervenções propostas para as infra-estruturas (regadio; rede viária; electrificação; estruturação fundiária ) deverão ser orientadas para reforçar a competitividade desses produtos no mercado cada vez mais global.

## 2.8 Prioridades Regionais

- Conclusão dos aproveitamentos com obras em curso
- Intervenção na modernização dos perímetros de rega em exploração
- Reforço de captação e armazenamento
- Promoção de novas áreas de regadio
- Intervenção no regadio colectivo privado
- Protecção e valorização ambiental das áreas regadas e territórios de interesse estratégico
- Promoção do uso mais eficiente da água
- Adesão a novas tecnologias
- Electrificação das explorações situadas nos perímetros de rega e nas áreas vocacionadas para as produções das fileiras estratégicas
- Construção e ou requalificação de rede viária associada aos perímetros de rega, a áreas vocacionadas para as produções das fileiras estratégicas e outros territórios de interesse estratégico
- Melhoria da estrutura fundiária das explorações situadas nos perímetros de rega e áreas vocacionadas para as produções das fileiras estratégicas

## 2.9 Complementaridade com outras fontes financeiras

A operacionalização desta estratégia só é possível se houver articulação e integração dos diferentes programas que concorrem para o desenvolvimento agrícola da região, nomeadamente FEDER e FSE.

## 2.10 Tipologia de Projectos

- Reconversão de métodos de rega
- Criação e implementação de sistemas de aviso de rega
- Introdução de sistemas de rega inovadores ( adopção de novas tecnologias, designadamente telegestão, telecontrolo, televigilância e criação de SIG )
- Redução de perdas no transporte e distribuição
- Aumento da capacidade de armazenamento
- Reorientação produtiva para o regadio
- Aproveitamento das águas superficiais
- Redução da evaporação em charcas de pequenas dimensões
- Actualização de cadastro e ocupação cultural dos perímetros de rega
- Preservação e recuperação dos sistemas de regadio tradicional.
- Estudos e contratação de serviços para a implementação de planos de reestruturação fundiária ou cultural nos perímetros de rega colectivos ou áreas vocacionadas para as produções das fileiras estratégicas
- Instalação de dispositivos de controlo volumétrico e da qualidade da água
- Instalação de empresas prestadoras de serviços associados ao regadio
- Estudos de mercado, comercialização e marketing
- Qualificação de recursos humanos
- Estudos para a determinação do consumo de água pelas culturas.
- Estudos para a avaliação dos benefícios ou impactos negativos no ambiente e paisagem na reconversão de áreas de sequeiro em regadio
- Estudos de dimensionamento de sistemas de rega e testagem de equipamentos de rega.
- Elaboração de estudos projectos e consultoria
- Execução de obras de hidráulica agrícola para a retenção, captação, transporte e distribuição de água.
- Acções de electrificação, rede viária e estruturação fundiária associadas aos perímetros de rega ou a áreas vocacionadas para as produções das fileiras estratégicas
- Melhoria da segurança das infra-estruturas dos aproveitamentos hidro-agrícolas
- Sistemas de monitorização da qualidade da água e do solo.
- Estudos de planeamento do regadio e a identificação das potencialidades hidro-agrícolas

## **4.FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

### **4.1 INTRODUÇÃO**

Em Março de 2000, durante a Cimeira de Lisboa, foi definida uma estratégia para a União Europeia, até 2010: as reformas económicas e a coesão social como partes integrantes de uma economia baseada no conhecimento. Interligados com as orientações gerais de política económica e com outros processos já a decorrer relativamente à coordenação da política de emprego (Processo de Luxemburgo), às reformas estruturais (Processo de Cardiff) e ao diálogo macroeconómico, respeitando a independência dos intervenientes (Processo de Colónia), o sucesso da estratégia global da UE apenas será alcançado se se conseguir combinar de forma consistente o crescimento económico e as mudanças tecnológicas com os conceitos de sociedade e os valores europeus.

Com esta estratégia, vulgarmente designada de Estratégia de Lisboa, a UE pretende tornar-se na economia de conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de gerar um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão social.

A Cimeira de Lisboa traduziu esta estratégia num conjunto de medidas concretas, nas áreas tecnológica, científica, económica e social, introduzindo inovações no sistema político europeu, que procura a divulgação de melhores práticas e uma maior convergência dos Estados Membro, relativamente aos principais objectivos da UE: Sociedade da informação, Investigação e Desenvolvimento (I&D), Política de empresa, Educação e Combate à exclusão social.

Assim com o objectivo de aumentar o conhecimento, a capacidade técnica e profissional, a formação deverá ter como ponto de partida a educação de base e as competências detidas pelos indivíduos como condição de aquisição de novos conhecimentos e competências, por forma a responder às necessidades regionais de desenvolvimento e à inovação tecnológica.

Revela-se ainda importante relacionar a formação e qualificação com os espaços produtivos, pois é nestes que os sujeitos traduzem os conhecimentos e saberes adquiridos em competências operacionalizadas no seu desempenho laboral.

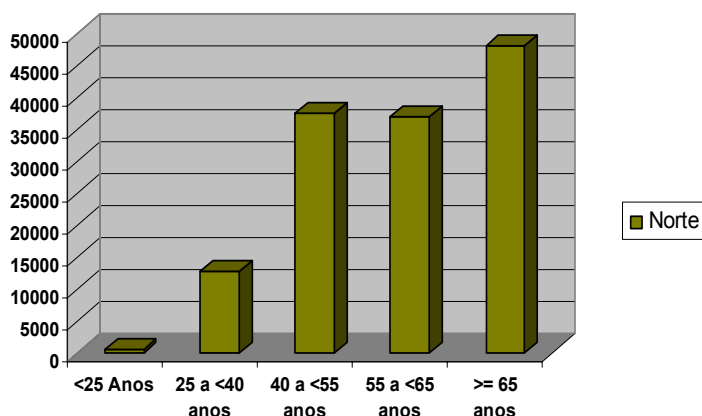
A formação tem o papel de dotar os recursos humanos de conhecimentos e competências que lhes permitam aceder e desenvolver um processo de aprendizagem qualificante, de modo a poderem dar resposta com oportunidade a um mercado cada vez mais competitivo e incorporar nos processos produtivos inovação e melhorar a gestão empresarial.

## 4.2 CARACTERIZAÇÃO

### 4.2.1 Caracterização da Envolvente

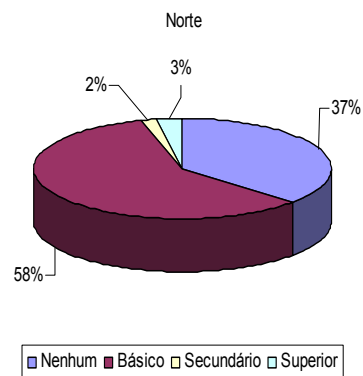
Por forma a que a formação possa contribuir para melhorar a competitividade da região é indispensável conhecer o ponto de partida relativamente à idade, instrução e formação detida pelos eventuais beneficiários de modo a ajustar a formação a ministrar.

**Gráfico 1- Idade da população agrícola**



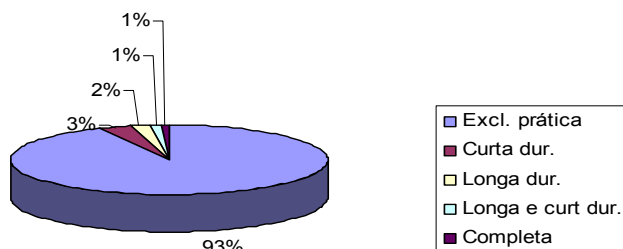
A população agrícola da região, de acordo com o gráfico 1 encontra-se situada na faixa etária superior a 40 anos, tendo um peso relativamente elevado a população com mais de 65 anos.

**Gráfico 2- Instrução do produtor singular**



De acordo com o gráfico 2, verifica-se que os produtores sem instrução e com formação do básico representam 95% do total.

**Gráfico 3- Formação do dirigente da exploração**



A formação de 93% dos dirigentes da exploração, de acordo com o gráfico 3, é exclusivamente prática.

De acordo com os dados do RGA 1999, apenas 21,4% dos Produtores Singulares dedicavam tempo completo à actividade agrícola, enquanto que 55% lhes dedicavam menos de 75% do seu tempo. Por outro lado tendo em conta o inquérito à Estrutura das explorações agrícolas (IEEA 05) de um total de 114 345 Explorações apenas em 6,7% dos casos a origem do rendimento do agregado doméstico era exclusivamente da actividade da exploração, enquanto que em 74,9% dos casos a principal origem do rendimento do agregado doméstico do produtor era exterior à exploração.

Na região Norte para além das 203 entidades (DRAPN) que entre 2000 e 2004 desenvolveram formação profissional agrícola de carácter informal, existem 3 Universidades, 2 Escolas Superiores Agrárias e 11 Escolas Profissionais Agrícolas<sup>2</sup> que oferecem formação agrícola de diferentes níveis.

#### 4.2.2 Análise da Formação Realizada

A Região Norte tem tido uma participação na formação bastante acima da média do país. A Formação Profissional Agrária (FPA) registou na última década uma transformação acentuada tanto no modelo institucional, como no número de acções efectuadas e de formandos envolvidos. No número de acções e de formandos verificou-se um acréscimo muito significativo e no modelo institucional passou-se de uma formação profissional orientada pelo Estado e organizada por este, para um mercado em que prevaleceu uma oferta e uma procura ligadas ao sector privado (Quadro 1).

**Quadro 1. Número de entidades e sua natureza (2000-2004) - Agricultores**

Organizações do sector	Empresas privadas	Administração <sup>3</sup>
168	32	3

Fonte DRAPN

Cumulativamente com estas mudanças e acompanhando o panorama que se verifica nos outros países da União Europeia, as funções da formação profissional agrária evoluíram de um apoio à modernização da agricultura para: (i) a formação de agricultores já instalados, com o objectivo de contribuir para a melhoria técnica e económica das explorações agrícolas; (ii) a formação dos que se pretendem instalar como agricultores; (iii) a formação de pessoas para a valorização do território e dos produtos

<sup>2</sup> O Sector da Agricultura em Portugal. INOFOR. Nov. 2002

A evolução verificada, quer em termos institucionais, quer em termos de volume de formação, quer ainda nas suas funções, conduziu, até pelo curto espaço de tempo em que se processou, a algumas disfunções que vêm sendo detectadas pelos agentes envolvidos, quer no seu funcionamento, quer na articulação institucional, quer ainda nos resultados obtidos.

**Quadro 2. Número de cursos, formandos e horas de formação para agricultores, por NUT III e por QCA**

NUT III	PAMAF, medida 6 (1994-99)			AGRO, medida 7 (2000 -04)		
	N.º cursos	N.º formandos	N.º horas formação	N.º cursos	N.º formandos	N.º horas formação
Alto Trás-os-Montes	696	10573	151277	940	13750	130436
Douro	533	7841	116730	679	10935	82369
Ave	200	3035	36423	233	3525	30393
Cavado	245	3680	42618	265	4349	36223
Entre Douro e Vouga	53	752	9160	66	1132	9182
Grande Porto	164	3271	25051	70	1342	11445
Minho-Lima	663	9923	84505	567	9810	65479
Tâmega	460	6659	65624	437	6981	53853
Total	3014	45.734	531.388	3257	51.824	419.380

Fonte: DRAPN

Pela análise do Quadro 2 verifica-se que no período de 1994-2004 foram ministradas aproximadamente 1 milhão de horas de formação, envolvendo 98 000 formandos.

**Quadro 3 Formação no período de 1994-1999 nas áreas consideradas estratégicas**

Área Temática	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Total de Formandos	Volume de Formação <sup>4</sup>
CEA	6	66	41	53	86	90	6 265	3 315 237
OMA	47	75	89	168	143	149	7 351	1 460 728
Fruticultura	1	4	12	13	16	42	1 392	157 169
Bovinicultura	1	18	23	37	63	84	3 554	389 391
Vitivinicultura	2	14	20	34	51	89	3 352	363 379
Hortofloricultura	3	10	12	10	21	37	1 444	185 262
Floricultura	3	15	11	15	31	36	1 661	138 748
Floresta			5	16	47	71	2 303	221 715
Olivicultura		1	3	20	16	20	902	142 745
Peq. Ruminantes		9	2	12	23	30	1 240	141 029

Fonte: DRAPN (Valores resultantes de agregação de acções com temáticas relacionadas)

<sup>4</sup> Volume de Formação corresponde ao produto do n.º de formandos pela duração da acção

O Quadro 3 evidencia que no período em referência houve um esforço por parte da região em rejuvenescer o seu tecido produtivo, envolvendo 6 265 jovens empresários agrícolas e dar competências na área da mecanização agrícola.

Pela estatística apresentada nos quadros 4 e 5, na formação ministrada para técnicos em toda a região, no período de 1994 a 2004 (PAMAF e AGRO), salienta-se que estiveram envolvidos em acções de formação contínua aproximadamente 9 700 técnicos.

Estas acções foram promovidas por 35 entidades, salientando-se que na maior parte dos casos estiveram envolvidas organizações do sector e empresas privadas, não se verificando o envolvimento de nenhuma instituição de ensino de nível superior.

**Quadro 4. Número de entidades e sua natureza (2000-2004) - Técnicos**

Organizações do sector	Empresas privadas	Administração <sup>5</sup>
20	12	3

Fonte DRAPN

**Quadro 5. Número de cursos, formandos e horas de formação para técnicos, por NUT III e por QCA**

NUT III	PAMAF, medida 6 (1994-99)			AGRO, medida 7 (2000 -04)		
	N.º cursos	N.º formandos	N.º horas formação	N.º cursos	N.º formandos	N.º horas formação
Alto Trás-os-Montes	57	848	6119	58	840	5480
Douro	39	558	3714	36	574	3341
Ave	1	12	70	1	14	30
Cavado	20	276	2010	3	43	259
Entre Douro e Vouga	3	47	175	2	28	140
Grande Porto	156	3551	14463	68	1816	4197
Minho-Lima	23	408	1605	33	501	3011
Tâmega	9	129	889	1	18	140
Total	308	5829	29.045	202	3834	16.598

Fonte: DRAPN

<sup>5</sup> Volume de Formação corresponde ao produto do nº de formandos pela duração da acção

### 4.3 PONTOS FRACOS E PONTOS FORTES

Em face da caracterização agora apresentada, no documento enquadrador e nas diferentes fileiras estratégicas, poderemos identificar como principais debilidades e potencialidades, as seguintes:

#### Debilidades e Potencialidades do Sector Agrícola

Baixo nível de habilitações da população agrícola	Condições agro-ecológicas favoráveis à obtenção de produções geradoras de elevado valor acrescentado
Envelhecimento da população	Sub sectores com produtos de elevada qualidade intrínseca
Dificuldades na fixação e entrada de Jovens Empresários no sector	Elevado esforço de modernização do sector nos últimos anos
Elevada percentagem de Produtores a tempo parcial	Existência de áreas de regadio
Tecnologias de produção pouco desenvolvidas em alguns sectores	Organizações de agricultores com algum dinamismo
Forte Resistência à mudança	Existência de experimentação e inovação
População com lacunas em termos de competências básicas Escolares	Existência de instituições de ensino de diferentes níveis
Elevada percentagem de dirigentes das explorações sem formação adequada	Modos de saber e fazer tradicionais bastante aprofundados e conservados
Falta de investigação e experimentação agrícola	Condições naturais propícias ao desenvolvimento de actividades complementares à actividade produtiva agrícola.
Falta de articulação na cadeia investigação/experimentação/difusão da inovação /formação	Elevada diversidade biológica e preservação paisagística
Baixo nível de rendimento agrícola	Eventos tradicionais locais e regionais que podem potenciar a divulgação da região e permitirem valorizar produtos em função da região
Falta de estratégia comercial e de acções de promoção dos produtos agro-industriais e dos produtos tradicionais	
Insuficiente aposta na diversificação e na multifuncionalidade da agricultura, enquanto actividade empresarial.	
Dificuldades em estabelecer parcerias e relações de cooperação entre agricultores que facilitem a criação de novas oportunidades de negócio	
Uso ineficiente dos recursos hídricos e do solo	



**Pontos fracos e Pontos fortes do Sistema de Formação Profissional**

Concentração temporal da formação	Realização da formação de âmbito regional
Processo de financiamento	Flexibilidade de conteúdos
Recrutamento dos formandos	Adaptabilidade da FPA às necessidades
Insuficiente nível de exigência em relação a Entidades Formadoras, a Formadores e ao recrutamento de formandos	Protecção do ambiente e paisagem – novas temáticas
Realização de acções de formação com objectivos e metodologias de formação predominantemente dirigidos à aquisição de conhecimentos (saber) em desfavor da aquisição de competências ao nível do saber - fazer e saber ser.	Envolvimento crescente das entidades privadas na promoção da formação, designadamente organizações de agricultores e empresas de formação
Reduzida oferta formativa para técnicos	Diversidade temática
Reduzida actualização técnica dos formadores	Aumento da regulamentação da formação, designadamente para efeito da homologação de acções e da certificação profissional.
Recursos a formadores sem suficiente experiência profissional e sem competências no domínio do saber fazer	Nº de formandos abrangidos por acções de formação realizada
Inexistente articulação entre experimentação, apoio técnico e formação profissional	Existência de uma rede de Centros de Formação Profissional Agrária
Prevalência de um modelo de formação centrado num sistema de oferta de formação.	Existência regional de Universidades; Institutos Politécnicos e Escolas Profissionais da área agrícola
Inexistência de processo de Reconhecimento de Competências Técnicas dos formadores	
Falta de validação e certificação de competências profissionais agrícolas	
Diagnósticos de necessidades de formação pouco consistentes	
Seleção dos formandos sem levar em conta o seu percurso formativo pelo que não há elevação dos níveis de qualificação	
Elevado número de entidades envolvidas no processo	
Falta de planeamento da formação por parte das organizações	
Ausência de reconhecimento das entidades formadoras	
Tendência decrescente do papel dos Centros de Formação Profissional e da sua utilização	

A existência de várias entidades ligadas à gestão/financiamento dos projectos formativos, dificulta a formulação de critérios regionais, permitindo por vezes a aprovação em excesso de acções da mesma área temática para a mesma NUT, não sendo por vezes esta a mais adequada ao tecido produtivo e consequente desenvolvimento sustentado.

Nos últimos anos, tem-se verificado uma reduzida oferta e procura de formação para técnicos o que leva as entidades promotoras a recrutar técnicos com competências reduzidas ao nível do "saber-fazer". Esta situação é uma consequência da falta de critérios de qualidade técnica, dado apenas haver imposições de ordem pedagógica (CAP).

Tem-se verificado que a formação ministrada, normalmente não está sustentada em diagnósticos de necessidades de formação, mas assenta na percepção das necessidades e na estratégia da própria entidade formadora.

Contudo, a concretização da formação de âmbito regional permitiu o desenvolvimento social das populações rurais na medida em que, pese embora os critérios seguidos, a formação chegou a zonas do interior, o que não aconteceria se esta estivesse concentrada nos grandes centros urbanos.

Foram privilegiadas áreas temáticas estratégicas e outras relacionadas com a protecção do meio ambiente, da valorização da paisagem rural, e também foram direccionadas às actividades não competitivas, complementares à agricultura, susceptíveis de reforçar a competitividade e a coesão social.

#### **4.4 ESTRATÉGIA**

A concretização dos objectivos estratégicos regionais passa, entre outros factores, pela capacidade de manter e renovar o potencial humano, nomeadamente os trabalhadores qualificados e especializados, constituindo a formação profissional um instrumento indispensável para tal.

Atrair jovens qualificados para se instalarem como jovens empresários agrícolas ou para trabalharem em actividades agrícolas, qualificar os trabalhadores e agricultores indiferenciados, reciclar e actualizar os trabalhadores, agricultores e empresários já qualificados, reconverter trabalhadores e agricultores para novas actividades económicas em meio rural, constituem os desafios que se continuam a colocar à Região.

Apesar da formação agrícola já ministrada é imperioso dar continuidade ao investimento realizado no capital humano, nomeadamente através da formação inicial e contínua, favorecendo a coesão social e permitindo o acesso dos activos das zonas rurais à referida formação.

A experiência dos últimos anos demonstrou que se torna urgente introduzir ajustamentos ao modelo e que é imperioso centrar a importância da formação como um investimento capaz de contribuir para o aumento da produtividade e capacidade competitiva das empresas e dos territórios, assumindo-se também como uma componente determinante na melhoria da atractividade e rentabilidade do sector agro florestal da região.

A formação profissional deverá ser encarada como um processo que visa suprir o diferencial de saberes necessários ao desempenho de determinada actividade (profissão) e os detidos pelas pessoas e pelas organizações, devendo corresponder às necessidades efectivas do mercado de trabalho e às tendências emergentes.

A formação profissional deve ser uma componente integrada nas estratégias de desenvolvimento e melhoria da competitividade do sector agro-florestal regional (fileiras estratégicas ), do ordenamento do espaço rural e gestão sustentável dos recursos e da diversificação de actividades e sustentabilidade do espaço rural e articular-se estruturalmente com o investimento, com a investigação e com outros domínios de desenvolvimento das empresas do sector ou dos territórios.

A formação inicial é um instrumento essencial para a captação de jovens para o sector agrícola, pelo que assume grande relevância uma intervenção integrada neste domínio. Sendo a formação inicial da responsabilidade do ME e do MTSS, importa promover ao nível nacional e regional uma concertação estratégica sobre, entre outras, as seguintes matérias: os perfis e referenciais de formação que interessam ao sector; a informação e divulgação dos cursos de formação inicial; a orientação profissional realizada nas escolas, nos centros de emprego e nos CRVCC; a prioridade dos cursos a realizar na região; o recrutamento de formandos. Neste contexto de actuação integrada importa actuar numa parceria alargada, que para além daqueles Ministérios integre a DRAPN, os parceiros sociais da região e os municípios.

O processo de instalação de Jovens Empresários Agrícolas desenvolve-se em torno de dois eixos essenciais, a qualidade do projecto de instalação e a capacidade e qualificação do jovem para o executar. Assim a estratégia de formação deve assentar numa adequada avaliação das competências detidas pelo jovem, na correcta identificação das necessidades de formação e na definição de um itinerário de formação a realizar previamente à instalação e durante o processo de execução do projecto de instalação, devidamente articulada esta última com o acompanhamento técnico a realizar num contexto de formação-acção.

Valorizar e validar as competências já detidas pelos activos, mediante a implementação de um processo de reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais, quer estas tenham sido obtidas pela via da formação quer pela via da experiência profissional, deverá ser, também, um caminho a seguir. O reconhecimento e certificação de competências profissionais permitirá orientar, neste período, o investimento em formação para a elevação dos níveis de qualificação e para temáticas potenciadoras da inovação produtiva, tecnológica, organizacional e de mercado., para além de recuperar ( relevar ) o esforço de investimento já feito em formação profissional nos períodos de programação anteriores.

O reconhecimento de competências implicará que se identifiquem percursos de formação distintos em função do nível de qualificação de partida do formando e se caminhe para a formação à medida e para um modelo de procura de formação. Implicará, também, adequar os currículos e privilegiar a diferenciação das intervenções formativas em função do perfil formativo dos destinatários e dos desafios de desenvolvimento empresarial e institucional do sector ( fileira ). Por outro lado obrigará a desenvolver metodologias formativas que favoreçam a construção de competências, designadamente privilegiando-se a formação em contexto de trabalho.

Deverá estabelecer-se uma articulação estreita entre os Centros de Reconhecimento e Validação de Competências existentes na região que apenas têm reconhecido e validado competências escolares e os Centros de Reconhecimento de Competências Profissionais, a implementar, por forma a que se associe, sempre que necessário, a formação de base escolar à formação inicial e formação continua de activos do sector e vice versa.

A formação deverá ser organizada em acções modulares de curta duração, capitalizáveis, certificáveis e transferíveis entre áreas de formação.

A estratégia da formação deve, também, apostar na difusão do conhecimento, incorporando novas ideias e novas práticas, adequando os conteúdos das acções a implementar e respectivas abordagens às especificidades das fileiras e dos territórios.

Os formadores enquanto agentes facilitadores do processo ensino aprendizagem e interventores privilegiados no processo formativo são um elemento determinante na melhoria da qualidade da formação. Sucede que cada vez mais são portadores apenas de conhecimento e apresentam debilidades a nível de competências do saber – fazer, dado que com frequência estão distanciados da actividade prática, o que tem limitado fortemente os objectivos da formação aos domínios mais teóricos e conceptuais em relação aos quais os activos do sector têm bastantes mais dificuldades .

A implementação de um sistema que valide as competências técnico- científicas ao nível do conhecimento e do saber - fazer , será uma forma de ultrapassar estas fragilidades. Por outro lado a implementação e consolidação de uma bolsa de formadores/ mestre e tutores para o sector pode constituir um instrumento determinante para a definição do nível mínimo de qualidade dos formadores, mestres e tutores que actuam no sector.

Ao nível das entidades promotoras de formação, consideramos que é necessário romper com o modelo existente e caminhar para a especialização das entidades em áreas temáticas de formação ou em modalidades de formação inicial ou continua. A formação deverá ser promovida apenas por entidades formadoras que demonstrem possuir recursos e competências específicas próprias ou em parceria nas áreas ou modalidades em que pretendem promover a formação. Os planos de formação terão que privilegiar metodologias de formação que favoreçam a construção de competências, identificar o número de empresas envolvidas, o nível de qualificação reconhecida dos formandos à entrada e o nível de qualificação à saída reconhecível pelo centro de reconhecimento de competências profissionais.

Por outro lado os planos de formação devem passar a ser realizados com base num conceito de **"ciclo de formação do formando"**, que responda às diferentes necessidades dos agricultores e trabalhadores no contexto da diversidade ou da especialização das suas explorações, e não no conceito de formação pontual. Desta forma os planos devem conter propostas de formação sequencial, integrada e dirigida para grupos de formandos que dessa forma farão " formação ao longo de um determinado período ou ciclo" que terá em conta o todo da sua exploração e das suas necessidades.

Os Centros de Formação Profissional que, devido às profundas alterações estruturais e sócio económicas ocorridas no sector agrícola regional e no próprio modelo institucional em que se passou de uma formação profissional orientada pelo Estado e organizada por este, para um mercado em que prevaleceu uma oferta e uma procura ligadas ao sector privado, têm vindo a revelar dificuldades em cumprirem a missão para que foram criados, deverão reassumir um papel activo na formação mediante a sua transformação em pólos de formação para a excelência, especializados por fileira estratégica, nas áreas de formação para a instalação de Jovens empresários e seu acompanhamento, formação dos mestres e tutores e actualização dos formadores, em parceria com as empresas do sector, Escolas Profissionais, Universidades, Centros Experimentais e Pólos tecnológicos.

Nesta óptica é indispensável promover a qualidade da formação e adequá-la às necessidades da procura, num processo planeado, que articule adequadamente a formação profissional, os serviços e a capacidade de inovação, no sentido de promover o conhecimento e o desenvolvimento de competências.

Por esta razão a participação dos diversos agentes ligados ao desenvolvimento regional, na definição das estratégias de formação é fundamental.

As componentes estratégicas referidas não poderão deixar de ser complementadas pela intervenção das Universidades e Escolas Superiores, em particular as da Região, cujo papel de interface entre o mundo do trabalho, o mundo das empresas e os novos conhecimentos e inovação, deverá ser promovido e encorajado de modo que o processo seja plenamente assumida por aquelas instituições.

Por este processo se desenvolverá uma relação estreita entre as empresas, os técnicos (formadores) e os centros de conhecimento, com resultados práticos em termos de Inovação e Desenvolvimento.

#### **4.4.1 Objectivos estratégicos da formação**

No período 2007 – 2013 a formação profissional deverá potenciar e concorrer para:

**-A melhoria da competitividade do sector** que passa pela melhoria das qualificações com base na certificação de competências dos activos nas fileiras estratégicas e da formação inicial e contínua, particularmente os jovens, valorizando as competências básicas e tecnológicas e pela articulação

entre formação, investimento, investigação e outros domínios de desenvolvimento das empresas do sector.

- **Um maior dinamismo e inovação empresarial**, pelo reforço da formação de base, e pela melhoria das qualificações dos adultos e da reconversão de profissionais para actividades de especialização.

- **A melhoria do ambiente e do espaço rural**, com o incentivo à introdução ou manutenção de modos de produção compatíveis com a protecção dos valores ambientais e dos recursos hídricos, do solo e do bem-estar animal.

- **A diversificação de actividades e sustentabilidade do espaço rural**, oferecendo novos serviços em meio rural, introduzindo novas tecnologias e possibilitando a criação de novas empresas através da valorização e preservação do património rural.

**A formação deverá ser enquadrada numa perspectiva das fileiras consideradas prioritárias para a região.**

A formação deverá ser desenvolvida sob duas perspectivas:

***Perspectiva da Procura.***

Esta perspectiva justifica-se quando o público-alvo é dotado de qualificações/habilitações significativas ao nível do conhecimento, da escolarização e do acesso à informação, que lhes permite facilmente tomar decisões estratégicas sobre os seus próprios percursos formativos assim como enquadrá-los no desenvolvimento e competitividade das suas explorações.

As medidas destinam-se a aumentar a capacidade empresarial e técnica, bem como a melhorar o potencial humano, devendo dirigir-se fundamentalmente a activos do sector agrícola, florestal e agro-alimentar, ou cooperativas agrícolas.

***Perspectiva da oferta.***

As medidas destinam-se à formação, aquisição de competências e animação, sendo que nesta conformidade a formação seria direccionada para:

- Formação inicial e continua em áreas estratégicas prioritárias para a região
- Formação/informação de agentes económicos relacionados com o desenvolvimento rural;
- Aquisição de novas competências;
- Promoção de actividades complementares
- Promoção e valorização de produtos regionais de qualidade;

## 4.5 MEDIDAS E ACÇÕES

As medidas e acções propostas apresentam-se de forma resumida no quadro seguinte:

Objectivos Estratégicos	Objectivos Específicos	Medidas e Acções
Melhoria da competitividade do sector	Alinhar o sistema de orientação profissional nas escolas centros de emprego e nos CRVCC com as necessidades do mercado	<p>Criar fóruns de discussão com empresários, escolas e organizações do sector</p> <p>Promover a integração de estagiários nas empresas.</p> <p>Estabelecimento de parceria para o rejuvenescimento da agricultura</p>
	Criar e Requalificar as estruturas formativas	Criar centros tecnológicos com base territorial que privilegie as respectivas especificidades e complementaridades
		Criar centros de novas oportunidades
		Criação de rede de mestres e tutores
		Transformar Centros de Formação em Pólos de Formação para a excelência
	Reconhecer e validar competências	Implementar processo de reconhecimento e validação de competências profissionais
		Implementar e consolidar a bolsa de formadores; Tutores e Mestres
		Promover acções de formação integradas no sistema nacional de certificação, nomeadamente as de operadores das fileiras estratégicas
		Acompanhar e homologar a formação profissional regulada pelo MADRP
	Consolidar e aplicar conhecimentos na óptica da evolução e especialização dos sectores e fileiras	Estabelecimento de parcerias com Universidades; Escolas Superiores e Escolas Profissionais
		Apoiar acções de formação para técnicos
		Apoiar acções de actualização técnica de formadores
		Apoiar acções de actualização para operadores
		Apoiar acções de demonstração de novas técnicas e tecnologias
	Rejuvenescimento do tecido empresarial	Apoiar acções de formação profissional para jovens empresários
		Orientar, formar e acompanhar a instalação de JEA
		Promover a integração de técnicos jovens no sector

Maior dinamismo e inovação empresarial	Promover a difusão rápida da informação e conhecimento	Promover de acções de demonstração
		Promover a participação em Feiras e Congressos
	Incrementar redes de tratamento e difusão de informação, tecnologia e ciência	Criar redes temáticas Criar círculos de inovação
	Criar contextos favoráveis à inovação	Apoiar projectos inovadores desenvolvidos em regime de cooperação interinstitucional
	Promover o desenvolvimento da inovação através de práticas de cooperação	Difundir o conhecimento científico e práticas inovadoras, particularmente através de parcerias os centros de conhecimento.
Melhoria do ambiente e do espaço rural	Promover os valores paisagísticos e ambientais e sua conservação	Apoiar acções de formação dirigidas para a protecção dos valores ambientais e dos recursos hídricos e do solo e do bem-estar animal
Diversificação de actividades e sustentabilidade do espaço rural	Fomentar parcerias entre os actores dos diferentes níveis do conhecimento, produção, transformação e comercialização	Apoiar: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estudos de mercado formativo</li> <li>▪ Parcerias</li> <li>▪ Formação de actualização</li> <li>▪ Formação requalificante e em novas tecnologias de informação e comunicação</li> <li>▪ Informação ao consumidor</li> <li>▪ Formação integrada em projectos de consolidação ou criação de novos produtos ou serviços no espaço rural</li> <li>▪ Formação na área do empreendedorismo e empresarial</li> </ul>

A operacionalização da estratégia proposta deverá articular-se com outros programas de formação, nomeadamente com o Fundo Social Europeu, outros programas de inserção dos jovens na vida activa de forma a potenciar e adequar num processo planificado, o desenvolvimento económico, ambiental e social da Região.

#### 4.6 PRIORIDADES REGIONAIS E TIPOLOGIA DE PROJECTOS

São prioritários:

- Projectos de formação que integrem os objectivos das fileiras Temáticas com os objectivos de formação das fileiras Estratégicas, assentes em diagnósticos de necessidades de formação, na óptica da formação contínua dos Jovens Agricultores, ou no âmbito de projectos integrados, mas sempre associado a projectos de investimento de fileira .
- Projectos de formação integrados nas estratégias de desenvolvimento das fileiras e de organização e gestão das empresas



- Projectos de formação suportados em planos de acção local para o desenvolvimento sustentado dos territórios
- A criação de rede de informação, que promovam a transferência de conhecimento entre os centros de produção de inovação e conhecimento com os seus potenciais utilizadores, constitui igualmente prioridade a ter em conta na aprovação de projectos.
- A formação para o desenvolvimento de novas competências nas áreas da informação e comunicação no meio rural, representa também um vector prioritário em termos regionais.